

**UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA**

**Escola de Lisboa**

**Faculdade de Direito**

**Mestrado Forense**



**PRISÃO PREVENTIVA  
ILEGAL E  
RESPONSABILIDADE DO  
ESTADO**

*Inês de Oliveira Silva*

**Orientação: Professor Doutor Germano Marques da Silva**

Março de 2013

## **ÍNDICE**

SIGLAS E ABREVIATURAS .....	3
INTRODUÇÃO.....	4
CAPÍTULO I - DO DIREITO À LIBERDADE À SUA PRIVAÇÃO .....	5
1. O DIREITO À LIBERDADE .....	5
2. PRIVAÇÃO DO DIREITO À LIBERDADE .....	7
2.1 Generalidades .....	7
2.2 A Pena de Prisão .....	9
CAPÍTULO II – PRISÃO PREVENTIVA .....	11
1. PRESSUPOSTOS DA PRISÃO PREVENTIVA .....	11
2. PRISÃO PREVENTIVA ILEGAL .....	14
CAPÍTULO III – DA INDEMNIZAÇÃO POR PRIVAÇÃO DA LIBERDADE.....	16
1. O ACTUAL REGIME PORTUGUÊS PREVISTO NA CONSTITUIÇÃO (ARTIGOS 22º E 27º N.º1 CRP).....	16
2. PREVISÃO NO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL.....	26
2.1 Generalidades .....	26
2.2 Código de Processo Penal de 1929.....	27
2.3 Código de Processo Penal de 1987.....	27
2.4 Código de Processo Penal de 2007 – Regime Actual.....	31
CAPÍTULO IV – PRAZO E LEGITIMIDADE PARA O PEDIDO DE INDEMNIZAÇÃO E TRIBUNAL COMPETENTE .....	35
1. LEGITIMIDADE E PRAZO .....	35
1.1 Legitimidade.....	35
1.2 Prazo.....	35
2. TRIBUNAL COMPETENTE .....	38
CAPÍTULO V – CONCLUSÕES .....	40
BIBLIOGRAFIA CITADA.....	43

Nota: O texto não se encontra redigido de acordo com o novo acordo ortográfico.

## **SIGLAS E ABREVIATURAS**

**Ac.-** Acórdão

**al.** – alínea

**art.** - artigo

**CEDH** – Convenção Europeia dos Direitos do Homem

**CP-** Código Penal

**CPP-** Código de Processo Penal

**CRP-** Constituição da República Portuguesa

**DL-** Decreto-Lei

**DR-** Diário da República

**DUDH-** Declaração Universal dos Direitos do Homem

**MP-** Ministério Público

**Ob. Citada** – Obra citada

**p. (p.)** – página(s)

**PGR-** Procuradoria-Geral da República

**RMP-** Revista do Ministério Público

**STA-** Supremo Tribunal Administrativo

**STJ-** Supremo Tribunal de Justiça

**TC-** Tribunal Constitucional

**TEDH-** Tribunal Europeu dos Direitos do Homem

**TRE** – Tribunal da Relação de Évora

**TRL-** Tribunal da Relação de Lisboa

## **INTRODUÇÃO**

A escolha do tema “*A prisão preventiva ilegal e a responsabilidade do Estado*” tem como finalidade analisar o dever do Estado em conceder indemnização a arguidos presos preventivamente em condições contrárias à lei.

O Estado encontra-se obrigado a indemnizar pelos danos sofridos a quem tenha sofrido detenção, prisão preventiva ou obrigação de permanência de habitação, quando essa privação da liberdade seja considerada ilegal ou injustificada.

Por este tema ser muito extenso, neste trabalho iremos apenas analisar a questão da privação da liberdade resultante da aplicação da prisão preventiva em condições contrárias à lei.

Começamos por analisar o direito à liberdade como um direito universal mas não absoluto sujeito a determinadas limitações, como a privação através da prisão preventiva. Posteriormente esclarecemos os requisitos de aplicação desta medida de coacção e em que condições é considerada ilegal, passando para o regime aplicável respeitante ao dever do Estado de conceder indemnização por prisão preventiva ilegal, do ponto de vista constitucional e da lei ordinária, analisando as evoluções e as sucessivas alterações a que este regime foi sujeito. Por último, uma breve análise de quem tem legitimidade para intentar este tipo de acção, em que prazo o pode fazer e em que tribunal a acção deve ser intentada.

O objecto a que nos propomos neste trabalho é, perante várias opiniões doutrinárias e jurisprudenciais relativas a este tema, clarificar de que forma uma pessoa a que tenha sido aplicada prisão preventiva contrária às disposições legais pode intentar uma acção contra o Estado Português com a intenção de, este lhe atribuir uma indemnização pelos danos e prejuízos sofridos pela privação da liberdade a que foi sujeito ilegalmente.

Esperamos, com esta exposição ter atingido os objectivos a que nos propusemos.

## **CAPÍTULO I - DO DIREITO À LIBERDADE À SUA PRIVAÇÃO**

### **1. O DIREITO À LIBERDADE**

Para o tema que nos propomos analisar é de particular importância começar por fazer uma breve análise relativa à liberdade pessoal/individual, mais precisamente, o direito à liberdade física dos cidadãos.

Este direito exige uma atenção redobrada no acto de detenção e na decisão sobre a aplicação de medidas de coacção.

Encontra-se previsto constitucionalmente e em vários diplomas internacionais, como no art.27º Constituição da República Portuguesa, no Código de Processo Penal, art.3º da Declaração Universal dos Direitos do Homem, art.6º da Convenção Europeia dos Direitos do Homem e na Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia.

O direito à liberdade reconhecido constitucionalmente é um direito pessoal do ser humano. A liberdade individual é a seguir à vida, um dos mais relevantes bens de uma pessoa. A lei estabelece os mecanismos tendentes a assegurar o equilíbrio entre a autoridade do Estado e a liberdade dos cidadãos.<sup>1</sup>

A liberdade de poder fazer tudo o que não colide com direito de outrem constitui um direito fundamental do ser humano, em que nenhum Homem pode ser acusado, preso ou detido fora dos casos determinados pela lei e pela forma nela prescrita<sup>2</sup>.

A ordem jurídica entende que o ser humano nasce livre e com plena autonomia das suas faculdades, nasce com a liberdade de praticar os actos que pretende para realizar e alcançar as suas necessidades e objectivos. Contudo, o ser humano é um ser sociável, vive em comunidade, em conjunto com outros homens, conjunto esse organizado em sociedade. E por isso, há que existir um respeito neste ambiente social, e é neste contexto que nasce um conjunto de regras e imposições impostas ao ser humano.

---

<sup>1</sup> “É no domínio do processo penal que o direito à liberdade física dos cidadãos envolve mais sentido. A privação da liberdade de um cidadão em razão da suspeita de haver praticado um crime é essencial à realização da justiça e à defesa da sociedade contra as acções humanas criminosas que a afectam, mas constitui cautela processual muito gravosa para o direito individual à liberdade física, sobretudo se afectou um inocente”, *in* Conselho Consultivo da PGR, Parecer nº 12/92, de 30 de Março de 1992.

Parecer PGR nº 11/90, de 6 de Dezembro de 1990, “O processo penal constitui uma estrutura legal de equilíbrio entre o direito de punir do Estado e o direito dos indivíduos a liberdade e a segurança”.

<sup>2</sup> Conselho Consultivo da PGR no Parecer nº 12/92, de 30 de Março de 1992.

A conhecida expressão “*ubi societas, ibi ius*” retrata precisamente isso. Onde há sociedade há direito, onde há sociedade há regras, há permissões e proibições que devem ser respeitadas para que o ser humano consiga e possa viver em segurança, em justiça e em paz.

“A convivência em sociedade só é possível existindo padrões de conduta preestabelecidos, regras que assegurem a harmonização das actividades e a resolução de conflitos que a vida em comum suscita. O direito é estritamente necessário para promover a solidariedade de interesses”.<sup>3</sup>

O direito à liberdade é um direito universal mas não absoluto, com imposições que imperativamente devem ser respeitadas e cumpridas por todos nós. E por esse mesmo motivo, o nosso ordenamento jurídico é constituído por um conjunto de normas jurídicas que através delas o Direito visa ordenar a vertente jurídica da vida em sociedade.

É principalmente através das normas jurídicas que o Direito realiza a sua finalidade que à semelhança das outras ordens éticas ou normativas, se traduz em ordenar a conduta do Homem em sociedade.<sup>4</sup> Caso essas normas não sejam cumpridas e/ou respeitadas existirão consequências, mais precisamente sanções, como a aplicação de penas e de medidas de segurança ao indivíduo que as violar.

Um cidadão pode por isso ser privado de alguns direitos quando deles abusar para combater a ordem fundamental livre e democrática.

Esta restrição que se impõe à liberdade pessoal<sup>5</sup> deve ser aplicada de forma necessária e suficiente para que o equilíbrio entre os seres humanos no ambiente social seja atingido. O que significa que o limite e/ou restrição imposta a este direito não pode ser aplicado de modo arbitrário, mas sim com uma determinada ponderação de forma legítima, adequada e razoável, e de acordo e obediência a determinados princípios constitucionais. A privação da liberdade do indivíduo só pode ocorrer nos casos legalmente fixados.

---

<sup>3</sup> GERMANO MARQUES DA SILVA, “*Introdução ao Estudo do Direito*”, Universidade Católica Editora, Lisboa 2006, p. 9.

<sup>4</sup> PEDRO EIRÓ, “*Noções Elementares de Direito*”, Editorial Verbo, 2005, p. 33.

<sup>5</sup> Ac.do TC nº 185/96, “A privação da liberdade traduz-se numa perturbação do âmbito do direito à liberdade física, à liberdade de alguém se movimentar e circular sem estar confinado a um determinado local, sendo a essência do direito atingida por um determinado tempo (que pode ser, aliás, de duração muito reduzida)”. E acrescenta que “A limitação ou restrição da liberdade (que não implique a sua privação) concretiza-se através de uma perturbação periférica daquele direito mantendo-se no entanto a possibilidade de exercício das faculdades fundamentais que o integram”.

Também de acordo com o preceito do artigo 191º nº1 do CPP, a liberdade das pessoas só pode ser limitado em função de exigências processuais de natureza cautelar, por medidas coacção legalmente previstas. Por um lado, a limitação da liberdade das pessoas está dependente de exigências processuais de natureza cautelar, e por outro, as medidas de coacção em que tal limitação se pode desenvolver têm de constar da lei.

Funciona pois o princípio da legalidade e, em consequência não pode a privação da liberdade individual servir para forçar o arguido à confissão do crime nem para favorecer a mera prevenção criminal geral.

O Estado ao exercer este poder de restrição da liberdade pessoal não pode de modo algum actuar de forma abusiva e/ou arbitrária<sup>6</sup>. Caso contrário deve ser responsabilizado pelos danos causados ao indivíduo<sup>7</sup>.

A imposição das penas privativas de liberdade está fundamentada na própria essência do Estado que tem como função garantir a protecção da sociedade. No âmbito do Direito Penal, a pena justifica-se pela necessidade de garantir a manutenção do bem comum e da ordem jurídica.

## **2. PRIVAÇÃO DO DIREITO À LIBERDADE**

### **2.1 Generalidades**

Como já foi referido, o direito à liberdade é um direito universal mas não absoluto, admite restrições que se traduzem em medidas de privação total ou parcial<sup>8</sup>.

---

<sup>6</sup> A DUDH proclama sob os artigos 3º e 9º que todo o indivíduo tem direito à liberdade e ninguém pode ser arbitrariamente preso ou detido. E no mesmo sentido vai a CEDH no art. 5º n.º1 al. c), no que respeita à liberdade física ao estabelecer que ninguém dela pode ser privado, “salvo se se tratar de prisão ou detenção de harmonia com o procedimento legal, a fim de comparecer perante a autoridade judicial competente, quando houver suspeita de ter cometido uma infracção, ou motivos razoáveis para crer que é necessário impedi-lo de a cometer ou de se pôr em fuga depois de a ter cometido”.

<sup>7</sup> Da mesma forma que chama a si a obrigação de tutela do direito à liberdade, o Estado assume a responsabilidade pela sua violação quando as suas instituições, os órgãos administrativos e judiciais, por qualquer causa lícita ou ilícita a atropela, indemnizando. O Estado indemniza porque confere e garante aos cidadãos determinados direitos, incumbindo-se por isso de compensar quando eles faltam.

<sup>8</sup> Segundo J.J. GOMES CANOTILHO e VITAL MOEIRA, “*Constituição da República Portuguesa Anotada*”, vol. I, 4ªed. Revista, Coimbra Editora, 2007, p. 479, ao fazerem a distinção entre privação total e parcial da liberdade, dão como referência para a privação total a prisão e para a parcial a proibição de entrada em determinados locais, proibição de residência em determinada localidade ou região.

Íntegra o direito à liberdade física, à liberdade de movimentos, ou seja, ao “direito de não ser detido, aprisionado, ou de qualquer modo fisicamente confinado a um determinado espaço, ou impedido de se movimentar”<sup>9</sup>.

Integrando-se na categoria de “direitos, liberdades e garantias” é-lhe aplicado o regime do art. 18º da CRP. O n.º2 deste preceito prevê expressamente que as restrições de direitos, liberdades e garantias são restrições que se consideram necessárias para proteger os direitos e interesses constitucionalmente protegidos, devendo limitar-se ao necessário para os proteger. Acrescentando que essas restrições só podem ser aplicadas nos casos em que a Constituição prevê, assim como refere JORGE MIRANDA<sup>10</sup> “pressupõem reserva da Constituição, e é dentro dela, e não fora dela, que têm de se legitimar”.

Nos termos do art. 27º n.º2 CRP uma pessoa só pode ser privada total ou parcialmente da liberdade se essa privação derivar de decisão judicial de condenação pela prática de acto punido por lei com pena de prisão ou de aplicação judicial de medida de segurança. Esta situação exceptua-se nos casos expressamente previstos no n.º3 deste mesmo preceito, o qual se entende que a privação da liberdade que não derive de decisão judicial é de natureza excepcional.<sup>1112</sup>

“A Lei Fundamental é claramente inspirada, na linha da "CEDH", pelos princípios da máxima garantia dos direitos individuais dos cidadãos e da "jurisdicionalização da repressão", autorizando excepcionalmente a privação da liberdade fora da situação de condenação definitiva pela prática de crime punível com prisão e de aplicação judicial de medida de segurança, à luz do critério da relevância do interesse de defesa das "condições" essenciais de existência comunitária cuja tutela se revela, por vezes necessária”.<sup>13</sup>

Trata-se de restrições absolutamente tipificadas, obedecendo por isso ao princípio da tipicidade constitucional. Qualquer restrição que não se enquadre no

---

<sup>9</sup> J.J. GOMES CANOTILHO/VITAL MOREIRA, ob. citada, p. 478.

<sup>10</sup> In “*Manual de Direito Constitucional*”, Tomo IV- Direitos Fundamentais, 4ª edição, Coimbra Editora, 2009, p. 373.

<sup>11</sup> Parecer PGR 06.12.1990.

<sup>12</sup> Relativamente ao carácter excepcional das causas de privação da liberdade, JOSÉ MOURAZ LOPES, “*A responsabilidade civil do Estado pela privação decorrente da prisão preventiva*”, in RMP n.º 88, p. 72 afirma que “E se as restrições à liberdade apenas se legitimam pelo seu carácter excepcional, parece claro que mesmo aquelas restrições exigem um absoluto controlo, quer por quem tem legitimidade para adoptar essas restrições, quer pelas razões e pelo modo como são restringidas, quer sobretudo pelo tempo absolutamente pré-determinado a quem deverá obedecer tal restrição”.

<sup>13</sup> Parecer da PGR nº 11/90, de 6 de Dezembro de 1990.



preceito dos n.ºs 2 e 3 do art. 27º da Lei fundamental é absolutamente ilegal, por força do princípio da tipicidade constitucional das medidas privativas da liberdade<sup>14</sup>.

Da análise do artigo 27º da nossa Lei fundamental, o direito à liberdade engloba determinados sub-direitos. Sendo eles: “ (I) direito de não ser detido ou preso pelas autoridades públicas, salvo nos casos e termos previstos neste artigo; (II) direito de não ser aprisionado ou fisicamente impedido ou constrangido por parte de outrem; (III) direito à protecção do Estado contra os atentados de outrem à própria liberdade”.

Quando o exercício do direito à liberdade colide com outros direitos estruturantes da sociedade torna-se necessário que sofra limitações, pois como todos os direitos, liberdades e garantias não subsistindo isolados têm de ser apercebidos também na sua conexão com interesses, princípios e valores ali ínsitos e que sobre eles, verificados determinados pressupostos e balizas, prevalecem<sup>15</sup>, e por essa mesma razão é que o art. 18º n.º2 da CRP liga as restrições à “salvaguarda de outros direitos ou interesse legalmente protegido”.

Em face de certas circunstâncias ou ocorrências, verificados os pressupostos constantes da constituição e da lei, os cidadãos podem sofrer restrição, suspensão ou mesmo privação de algum ou alguns dos seus direitos, liberdades e garantias.

## **2.2 A Pena de Prisão**

Das várias restrições e/ou limites do direito à liberdade, a única que neste momento nos interessa é a pena de prisão.

No direito vigente a pena de prisão é a única pena privativa da liberdade existente, funcionando como instrumento de restrição da liberdade pessoal/individual.

O Estado tem na pena de prisão (ou pena privativa de liberdade) o seu maior instrumento de restrição da liberdade individual, impondo ao cidadão que viola as normas a perda do seu “*status libertatis*”. A imposição das penas privativas de liberdade está fundamentada na própria essência do Estado que tem como função

---

<sup>14</sup> Atinente a este princípio, o TC no ac. n.º 363/00 sustentou que “Em face daquele princípio - da tipicidade constitucional das medidas privativas ou restritivas da liberdade - o que há então que decidir é a questão de saber se a restrição do direito à liberdade (...) se encontra ou não autorizada por aqueles números 2 ou 3 do artigo 27º da Constituição. Em primeiro lugar porque o próprio n.º 3 acentua (no prómio) que a privação da liberdade nos casos previstos nas suas alíneas apenas pode acontecer *nas condições que a lei determinar*”.

<sup>15</sup> JORGE MIRANDA, ob. Citada, p. 367.

garantir a protecção da sociedade. No âmbito do Direito Penal, a pena justifica-se pela necessidade de garantir a manutenção do bem comum e da ordem jurídica.

A pena de prisão consiste no internamento forçado do condenado em estabelecimento penitenciário, isto é, o encarceramento em estabelecimento prisional, durante um certo período de tempo, no mínimo de 1 mês e máxima de 25 anos <sup>16</sup> <sup>17</sup>(cfr. Artigo 41º nº1 e 132º nº1 ambos do CP).

Como anteriormente foi referido, para que o ser humano possa viver numa sociedade justa e equilibrada é necessário que exista um conjunto de regras que devem ser respeitadas por todos, caso contrário haverá consequências. Sendo a pena de prisão a consequência mais grave<sup>18</sup>.

É na lei processual penal que o direito à liberdade é mais restringido e seguramente onde é mais violentado, não por despotismo ou arbitrariedade, mas fruto de uma engrenagem processual que assim o exige e que, como toda a ciência humana é aceitavelmente falível.

---

<sup>16</sup> GERMANO MARQUES DA SILVA, “*Direito Penal Português, Parte Geral III*”, 2ª Ed. Revista e Actualizada, Editorial Verbo, 2008, p. 71.

<sup>17</sup> Em regra, tem como limites a duração mínima de 1 mês e a duração máxima de 20 anos (Artigo 41º nº1 do CP), mas pode atingir o limite máximo de 25 anos, quer como pena directamente aplicável a um crime (como o homicídio qualificado, cfr artigo 132º nº1 do CP), quer como pena aplicada em razão da formulação de cúmulo jurídico. Mas, em caso algum a pena aplicável ou aplicada pode exceder o limite máximo de 25 anos.

<sup>18</sup> “ (...) Punir é sinónimo de castigar, significa infligir um sofrimento a alguém que é responsável por algo. Comporta censura jurídica, privação de um bem ou de um direito e sujeição a constrangimentos vários por parte do responsável pelo facto ilícito. Considerando que o mal da sanção não é um mal, antes um bem, porque nega o mal do crime e restaura o direito, ou considerando que o mal da sanção é um mal útil, um mal menor, um mal necessário”, GERMANO MARQUES DA SILVA, “*Direito Penal Português, Parte Geral I*”, 2ª Ed. Revista, Editorial Verbo 2001, p.p. 39-41.

## **CAPÍTULO II – PRISÃO PREVENTIVA**

### **1. PRESSUPOSTOS DA PRISÃO PREVENTIVA**

Sendo a pena de prisão uma medida restritiva da liberdade, cabe-nos agora fazer uma breve análise da prisão preventiva, visto que para o estudo que nos ocupamos nesta dissertação, torna-se necessário e essencial analisar em que termos é admissível aplicar a prisão preventiva para posteriormente compreender quando esta é considerada ilegal e a consequência dessa mesma ocorrência.

Entende-se que a liberdade é a regra e a prisão preventiva é a exceção<sup>19</sup>, resultando da própria Constituição – artigos 27º e 28º - a sua excepcionalidade e subsidiariedade<sup>20</sup>.

A prisão preventiva considerada como uma medida de coacção encontra-se prevista nos artigos 202º do CPP e no artigo 28º da CRP<sup>21</sup>.

É caracterizada por CAVALEIRO FERREIRA<sup>22</sup> como um “mal necessário”, e por isso esta medida de coacção só é autorizada pela nossa Constituição quando se encontram cumpridos determinados requisitos.

A prisão preventiva é uma medida de coacção que, tal como as restantes, é entendida como um meio processual limitador da liberdade pessoal de natureza meramente cautelar. Apresenta uma natureza excepcional<sup>23</sup>, necessariamente

---

<sup>19</sup> GERMANO MARQUES DA SILVA, “*Curso de Processo Penal Vol. II*”, 4ªed. revista e actualizada, Editorial verbo, 2008, p. 337.

<sup>20</sup> A prisão preventiva é uma medida de natureza excepcional; impõe-no a Constituição (art. 28º n.º2 CRP) e reconhece-o a lei (art. 202º CPP) e, por isso que a lei ordinária que estabelece os pressupostos da sua aplicação e os limites da sua duração deve ajustar-se a esse seu carácter, acautelando os casos de excepcional complexidade, mas prevenindo também o mau uso que dela possa ser feito, algumas vezes por simples procura de eficácia, mas também por submissão a moralismos ou fundamentalismos justiceiros, em ambos com subversão dos pilares essenciais do Estado de Direito Democrático- GERMANO MARQUES DA SILVA, “*Sobre a liberdade no processo penal ou do culto da liberdade como componente essencial da prática democrática, in Liber Discipulorum Para Jorge de Figueiredo Dias*”, Coimbra Editora, 2003, p.p. 1369 – 1370.

<sup>21</sup> “A CRP é claramente inspirada na linha da CEDH autorizando excepcionalmente a privação da liberdade fora da situação de condenação definitiva pela prática de crime punível com prisão e de aplicação judicial de medida de segurança, à luz do critério da relevância do interesse de defesa das condições essenciais de existência comunitária cuja tutela se revela por vezes necessária”, in Parecer PGR nº 12/92.

<sup>22</sup> In “*Curso de Processo Penal, Vol. I*”, Lisboa: UNFL, 1986, p.238.

<sup>23</sup> Uma vez que não pode ser decretada nem mantida sempre que possa ser aplicada caução ou outra medida mais favorável prevista na lei – art. 28º n.º2 da CRP.

provisória<sup>24</sup>, e subsidiária<sup>25</sup>, desde logo consagrado pelo nº2 do art.28º da CRP e nº 2 do art. 193º do CPP.

Por se entender que a privação da liberdade é um recurso extremo que só pode ser utilizado quando a adopção de qualquer um dos outros meios coactivos que existem não permitam atingir os objectivos que se pretendem – inadequação ou insuficiência das outras medidas de coacção – além da obediência aos requisitos de que, em concreto, ela depende para que se possa impor a sua aplicação.

“Nos casos de aplicação da medida de coacção prisão preventiva, a excepionalidade da restrição ou privação da liberdade exigirá sempre uma proporcionalidade entre o direito à liberdade e a restrição da mesma liberdade para defesa dos interesses do arguido e reflexamente dos interesses e segurança da sociedade, de modo que se excluam restrições que, não sendo desrazoáveis nem discricionárias, rompam o equilíbrio entre este direito e a sua limitação. E isto porque a privação da liberdade é um expediente extremo que só pode ser utilizado quando não existam outros meios cuja adopção permita atingir os objectivos que se pretendem, sempre em atenção e salvaguarda do importante e nuclear princípio constitucional e que enforma todo o processo penal que é o da presunção de inocência”<sup>26</sup>.

Além de que o art. 18º nº 2 da CRP estipula que as restrições a direitos fundamentais, especialmente o direito à liberdade “devem limitar-se ao necessário para salvaguardar outros direitos ou interesses comunitariamente protegidos”.

A 29 de Agosto de 2007 foi publicada a Lei nº 48/2007 que teve como finalidade restringir o âmbito de aplicação da prisão preventiva, adoptando requisitos mais exigentes, tais como, haver fortes indícios da prática do crime punido com pena de prisão de máximo superior a 5 anos, quando na vigência da lei anterior se exigia pena de prisão de máximo superior a 3 anos, ao encurtamento dos prazos de duração máximo, na imposição ao juiz de instrução de não escolher medida de coacção mais gravosa que a sugerida pelo Ministério Público, e na limitação dos poderes de interposição de recurso

---

<sup>24</sup> Pois pode ser revogada, alterada, suspensa ou extinta, nos termos dos artigos 212º a 217º do CPP.

<sup>25</sup> Só pode ser aplicada quando as restantes medidas de coacção se revelem insuficientes ou inadequadas ao caso concreto, por ser a medida de coacção mais grave.

<sup>26</sup> CATARINA VEIGA, “*Prisão Preventiva, Absolvição e Responsabilidade do Estado*” in RMP, nº97, Ano 25, Jan/Mar, 2004, p.p. 33-34.

relativo a medida de coacção por parte do MP, que o poderá apenas fazer quando for favorável ao arguido<sup>27</sup>.

Outra das alterações foi em relação aos requisitos necessários para se requerer a indemnização ao Estado em caso de privação de liberdade ilegítima. Questão que será abordada mais à frente.

Estas alterações só vieram reforçar a ideia de que a prisão preventiva deve ser aplicada como *ultima ratio* e não como mero auxiliar investigatório.

O disposto no art. 204º do CPP<sup>28</sup> determina que nenhuma medida de coacção, inclusive a prisão preventiva, pode ser aplicada a não ser que em concreto se verifiquem, no momento da aplicação da mesma, um dos três requisitos: (I) fuga ou perigo de fuga; (II) perigo de perturbação do inquérito ou da instrução; (III) perigo de continuidade de actividade criminosa ou perturbação grave da ordem e tranquilidade públicas, acrescentando que para além destes requisitos a prisão preventiva sendo a medida de coacção mais grave só é aplicável quando as restantes forem inadequadas ou insuficientes.

Mas atendendo ao facto de a prisão preventiva ser a medida coactiva mais gravosa, soma-se a estes três requisitos a obrigatoriedade de a mesma só se poder aplicar quando houver fortes indícios de prática de crime doloso punível com pena de prisão de máximo superior a 5 anos, de acordo com o disposto do art. 202º nº1 al. a) do CPP.

Contudo, esta disposição conhece excepções que se encontram previstas na al. b) do mesmo preceito, que determina que o arguido pode ainda ser sujeito a prisão preventiva quando existam “ (...) *fortes indícios da prática de crime doloso de terrorismo, criminalidade violenta ou altamente organizada, desde que punível com pena de prisão de máximo superior a 3 anos*”, e na al. c), determinando que também se poderá aplicar a prisão preventiva ao acusado que tenha “ (...) *penetrado ou permaneça irregularmente em território nacional, ou contra a qual estiver em curso processo de extradição*”.

É compreendida como uma medida de coacção que comporta graves repercussões na liberdade individual, sendo aplicada apenas quando se encontrem

---

<sup>27</sup> EVA CALVETE TOMÉ, “A indemnização por privação ilegítima da liberdade”, Lisboa: FDUNL, Maio 2010, p. 25.

<sup>28</sup> O disposto no art. 192º do CPP estabelece os critérios gerais de aplicação das medidas de coacção.

cumpridos os requisitos de que legalmente depende, e não havendo outra medida idónea para alcançar os mesmos propósitos.

E por isso, o julgador encontra-se obrigado a ter um maior cuidado na aplicação da prisão preventiva, pois “devem ser ponderados concreta e criticamente todos os indícios até então recolhidos, que só serão relevantes para fundamentar a medida se forem fortes, isto é, se, tendo em conta as regras da experiência comum, revelarem uma séria probabilidade de ter o arguido praticado os factos que lhe são imputados. Não baste por isso a existência de indícios da prática do crime se estes não forem firmes e seguros ou forem exclusivamente indirectos ou circunstanciais”<sup>29</sup>

## 2. PRISÃO PREVENTIVA ILEGAL

Feita uma breve análise à prisão preventiva e sabendo em que termos é que ela é aplicável, é altura de analisar quando esta medida de coacção é considerada ilegal.

Além dos requisitos acima referidos a prisão preventiva só pode ser decretada pelo juiz; só se mantém se e na medida em que for necessária para satisfazer os interesses da justiça penal; sendo necessário que a pessoa detida tenha oportunidade de se defender devendo para isso conhecer os fundamentos da medida; e por fim, que a prisão preventiva não exceda prazos razoáveis, devendo ser periodicamente reapreciada<sup>30</sup>.

Se a prisão preventiva for aplicada sem a verificação dos pressupostos dos artigos 192º, 202º e 204º do CPP, e art. 28º da CRP a prisão preventiva é considerada ilegal, por ser contrária à lei.

GERMANO MARQUES DA SILVA<sup>31 32</sup> vai no sentido de que a lei nunca impõe a prisão preventiva, permite-a em determinadas situações se o juiz considerar inadequadas ou insuficientes no caso algumas das outras medidas legalmente admitidas, mas a apreciação da sua necessidade, adequação e insuficiência das outras medidas nas

<sup>29</sup> Ac. STJ de 11.10.2011.

<sup>30</sup> J.J GOMES CANOTILHO/VITAL MOREIRA, ob. citada, p. 488.

<sup>31</sup> In “*Sobre a liberdade no processo penal ou do culto da liberdade como componente essencial da prática democrática*”, in *Liber Discipulorum para Jorge de Figueiredo Dias*, Coimbra Editora, 2003, p.1370.

<sup>32</sup> A aplicação da prisão preventiva apenas pode servir para acautelar a continuação da actividade criminosa pela qual o arguido está indiciado, e não para simplesmente acautelar a prática de qualquer crime- ob. citada, p.1367.

circunstâncias concretas depende exclusivamente do juízo dos magistrados e não pode deixar de ser assim.

A ilegalidade da prisão que dá lugar a indemnização tem de resultar de algum dos seguintes fundamentos: ter sido efectuada ou ordenada por entidade incompetente; ser motivada por facto pelo qual a lei não a permita; ou manter-se para além dos prazos fixados pela lei ou por decisão judicial.

### **CAPÍTULO III – DA INDEMNIZAÇÃO POR PRIVAÇÃO DA LIBERDADE**

#### **1. O ACTUAL REGIME PORTUGUÊS PREVISTO NA CONSTITUIÇÃO (ARTIGOS 22º E 27º N.º1 CRP)**

Prevista no art. 27º nº 1 da CRP a liberdade do ser humano é um dos direitos estruturantes da personalidade. Mas como a generalidade dos direitos, o direito à liberdade sofre limitações quando o seu exercício colide com outros direitos também estruturantes da sociedade.

Surge assim um conflito entre o direito à liberdade individual e o direito de perseguição criminal que o Estado deve exercer para salvaguarda dos princípios inalienáveis da defesa e da segurança.

Na verdade, o instituto da prisão preventiva alicerça-se em interesses societários de defesa interna de uma comunidade que tornando premente a sua existência no âmbito da repressão e combate ao crime, conflituam com o direito à liberdade pessoal.

Processualmente encontramos na intersecção de dois interesses processuais que o direito constitucional penal tem de satisfazer: a perseguição e punição dos criminosos e a tutela dos inocentes.

A actuação do Estado para satisfazer estes dois interesses processuais muitas vezes provoca danos que afectam direitos, liberdades e garantias dos próprios cidadãos.

A grande questão que se coloca é como imputar essa reparação ao Estado.

O dever de indemnizar os cidadãos por actos lesivos de direitos, liberdades e garantias por parte do Estado é um verdadeiro poder-dever. Ao Estado compete o exercício da função pública – política de legislar, de governar e a de administrar a justiça, e deste modo “trata-se assim de um dever geral de soberania, um dever de direito público, portanto, imposto ao Estado enquanto ente corporizador do poder soberano”<sup>33</sup>.

---

<sup>33</sup> Nesse dever geral, importa acentuar desde já, uma dimensão jurídica que convoca sanções jurídicas da mais variada natureza, nomeadamente com a natureza de prestações compensatórias, que devem ser impostas ao Estado sempre que viole tais deveres.

Ac. TRE de 03.03.2011.



De forma a analisar o regime legal aplicável à responsabilidade por parte do Estado em indemnizar, faremos um primeiro apelo ao Código Civil de 1867.

A responsabilidade do Estado e demais entidades públicas por actos de gestão privada nos termos da lei civil significava o afastamento da responsabilidade das mesmas entidades públicas pelas perdas e danos causados por funcionários públicos no exercício das suas funções<sup>34</sup>.

A Constituição vem alargar a responsabilidade directa do exercício de poderes públicos operados por legislação ordinária pré-constitucional, onde se consagra a responsabilidade solidária do Estado com os seus agentes, embora apenas pelos danos resultantes dos actos de gestão pública.

Posteriormente o Código Administrativo de 1936-1940 regulou a responsabilidade civil das autarquias, no domínio da gestão pública praticados por órgãos ou agentes daquelas, das juntas de turismo, das federações de municípios e das uniões de freguesias.

Com a entrada em vigor do Código Civil de 1966 surgiu o Decreto-Lei n.º 48.051, de 21 de Novembro de 1967, que veio regular a responsabilidade da administração, por factos ilícitos e culposos, por actos lícitos e pelo risco.

O referido Decreto-Lei diferencia a responsabilidade civil da Administração e a responsabilidade dos seus agentes, distinguindo entre actos funcionais praticados “*no exercício das suas funções ou por causa desse exercício*”- art. 2º; e actos pessoais – órgãos ou agentes da pessoa colectiva de direito público “*se tiverem excedido os limites das suas funções*” – art. 3º.

É importante referir que não basta esta distinção por si só, há que reportá-la ao domínio da culpa, de modo a determinar se os danos provocados por um acto funcional são da exclusiva responsabilidade do Estado ou também do autor do facto ilícito que a gerou<sup>35</sup>.

---

<sup>34</sup> J.J. GOMES CANOTILHO/VITAL MOREIRA, ob. citada, p.427.

<sup>35</sup> Prof. Marcello Caetano, “*Manual de Direito Administrativo*”, 9º ed., Vol. II, Coimbra Editora, 1972, p.p. 1233 e 1234, refere que, em caso de procedimento doloso a pessoa colectiva é sempre solidariamente responsável com os titulares do órgão ou os agentes. O que significa que, nesta hipótese o lesado pode exigir a indemnização à Administração ou ao titular do órgão ou agente, conforme bem lhe parece. Se, em lugar de dolo, tiver havido negligência, a responsabilidade perante o lesado compete exclusivamente à pessoa colectiva de direito público em causa.

Este Decreto-Lei integra a responsabilidade por actos ilícitos, lícitos e pelo risco.

A responsabilidade por factos lícitos encontra-se consagrada no art. 9º desse diploma, o qual dispõe que o Estado tem a obrigação de indemnizar “os particulares a quem, no interesse geral, mediante actos administrativos legais ou actos materiais lícitos, tenha imposto encargos ou causado prejuízos especiais e anormais” (n.º1), e quando “tenha, em estado de necessidade e por motivo de imperioso interesse público, de sacrificar especialmente, no todo ou em parte, coisa ou direito de terceiro, deverão indemnizá-lo.” (n.º2).

Este tipo de responsabilidade exige três pressupostos: a prática de actos administrativos legais ou actos materiais lícitos; os prejuízos ou a imposição de encargos serem anormais; e deve ter como propósito o interesse geral ou colectivo.

No que respeita aos actos ilícitos e ilegais houve alguma controvérsia após a CRP, pela inserção do preceito do art. 22º.

Para FREITAS DO AMARAL<sup>36</sup> o art. 22.º da CRP obriga a rever toda a matéria da responsabilidade solidária do Estado e seus agentes, admitindo que se mantenha “uma responsabilidade exclusiva do Estado em casos de culpa leve, apenas com responsabilidade solidária propriamente dita para os casos de culpa grave e dolo”, afirmando, porém, que tal não resulta do art. 22.º mas do art. 271.º da CRP.

Por outro lado JORGE MIRANDA<sup>37</sup> insiste na vigência do referido Decreto-Lei “salvo porventura na parte caducada por inconstitucionalidade superveniente, por não estender a todas as formas de actuação ilícita com culpa a regra da solidariedade”.

Para J.J GOMES CANOTILHO e VITAL MOREIRA<sup>38</sup> “o facto de a Constituição remeter para lei a regulamentação da indemnização, não tolhe a aplicabilidade directa e imediata [cfr. o artigo 18.º, n.º1] deste preceito devendo os órgãos aplicadores do direito

---

Mas aqui ainda importa encarar duas sub-hipóteses: ou os titulares dos órgãos ou agentes procederam com diligência e zelo manifestamente inferiores àqueles a que se achavam obrigados em razão do cargo, ou não.

No primeiro caso, a pessoa colectiva de direito público goza do direito de regresso contra os titulares dos órgãos ou agentes que praticaram o acto; no segundo não.

Quer dizer: em caso de negligência grave, o lesado obtém a indemnização da Administração, mas esta pode depois reclamá-la do autor do facto ilícito culposos, que acaba por suportar o encargo correspondente; fora deste caso, é à Administração que cabe pagar a indemnização e suportar o encargo respectivo no seu próprio património.

<sup>36</sup> In “*A Responsabilidade Civil Extra- Contratual do Estado*”, 2ª Ed, Almedina, Coimbra, 2004,p.46.

<sup>37</sup> In “*A Constituição e a Responsabilidade Civil do Estado, in Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor Rogério Soares*”, Coimbra, 2001, p.932.

<sup>38</sup> Ob. Citada, p.485.

dar-lhe eficácia, mesmo na falta de lei. (...) Na falta de lei específica deve aplicar-se o Decreto-Lei n.º 48051, de 27/11/67 com as devidas adaptações.”<sup>39</sup>

O art. 22º da nossa Lei fundamental consagra o princípio constitucional da responsabilidade directa civil ou patrimonial por acções ou omissões dos titulares dos órgãos, funcionários ou agentes do Estado e demais entidades públicas, lesivas de direitos e interesses dos particulares<sup>40</sup>.

Trata-se de um dos princípios estruturantes do Estado de Direito democrático, enquanto elemento do direito geral dos cidadãos à reparação dos danos causados por outrem.

A CRP neste preceito exige que para que exista o dever de indemnizar por parte do Estado e das demais entidades públicas, estes devem actuar (acção ou omissão) no exercício das suas funções ou por causa delas, e que esse acto tenha natureza jurídico-público.

Deve por isso existir uma relação de conexidade entre o exercício das funções (por parte dos titulares de órgãos, funcionários ou agentes) e o acto de violação dos direitos, liberdades e garantias, para que haja lugar à responsabilidade das entidades públicas.

O art. 22º é uma norma directamente aplicável por integrar um direito fundamental de natureza análoga à dos direitos, liberdades e garantias, não dependendo nessa medida de lei ordinária para poder ser invocado pelo lesado.

Para J.J GOMES CANOTILHO o art. 22º é directamente aplicável, transporta regras imediatamente aplicáveis sem prejuízo da eventual concretização legislativa<sup>41</sup>.

Na falta de lei concretizadora, cabe aos juízes e aos tribunais criar uma norma de decisão (aplicação dos princípios gerais da responsabilidade, da administração, observância dos critérios gerais de indemnização e reparação de danos) tendente a

---

<sup>39</sup> Ac. STJ de 11.10.2011.

<sup>40</sup> Consiste na indemnização pecuniária dos prejuízos morais ou patrimoniais causados a outrem, por parte de todas as entidades públicas, inclusive, as que actuam nas formas de direito privado. Não transporta apenas uma lógica indemnizatória, mas conexiona-se com outros princípios jurídico-constitucionais estruturantes como o princípio do Estado de Direito, o princípio da constitucionalidade e legalidade da acção do Estado e o princípio da igualdade. Esta responsabilidade pode resultar de acções ou omissões indevidas, que conseqüentemente resultem uma lesão de direitos aos cidadãos. O que significa que este princípio tem aplicação nos casos de comportamentos que causem danos pela simples inobservância de regras constitucionais que regem a actividade judicial.

<sup>41</sup> Ac. STJ de 29.05.2005.

assegurar a reparação de danos resultantes de actos lesivos de direitos, liberdades e garantias ou dos interesses juridicamente protegidos dos cidadãos<sup>42</sup>.

No entanto, o Juiz Desembargador AMÉRICO MARCELINO<sup>43</sup> entende que mesmo sendo uma norma directamente aplicável os requisitos do dano e da indemnização devem estabelecer-se através da lei concretizadora.

Assim sob pena de violação deste preceito constitucional, o legislador ordinário não pode limitar a responsabilidade do Estado aos casos típicos da prisão ilegal ou injustificada.

A Constituição não distingue “actos de gestão pública” e “actos de gestão privada” das entidades públicas. O que significa que o princípio constitucional da responsabilidade do Estado e das demais entidades públicas deve ser entendido como um princípio geral de responsabilidade, independentemente da forma de actuar dos titulares de órgãos, funcionários ou agentes da administração<sup>44</sup>.

A Lei Fundamental estende a responsabilidade directa do exercício de poderes públicos relativos à função administrativa.

J.J GOMES CANOTILHO e VITAL MOREIRA colocam a questão se o preceito constitucional do art. 22º integra a responsabilidade por facto da função legislativa e a responsabilidade por facto da função jurisdicional. Isto porque este preceito não explicita quais as funções cujo exercício por titulares de órgãos, funcionários ou agentes do Estado, pode dar origem ao desencadeamento da responsabilidade civil.

Entendem que não existe qualquer fundamento sob o ponto de vista jurídico-constitucional “para não aplicar o princípio geral da responsabilidade do Estado às acções ou omissões normativas ilícitas e às acções ou omissões praticadas no exercício da função jurisdicional, desde que seja possível recortar no exercício destas funções os pressupostos da culpa, ilicitude e nexo de causalidade, indispensáveis para a efectivação da responsabilidade civil do Estado ”<sup>45</sup>.

Relativamente à responsabilidade do Estado por facto de função jurisdicional, que é de momento o que nos interessa, estes professores são do entendimento que a “Constituição estabelece a indemnização no caso de privação inconstitucional ou ilegal

---

<sup>42</sup> Ac. TRL 1313/02.

<sup>43</sup> “*A Indemnização por Prisão Indevida*”, in Estudos Jurídicos, Boletim da Associação Sindical dos Juizes Portugueses, V Série, n.º 4, Julho, 2007, p.p. 159-173.

<sup>44</sup> J.J GOMES CANOTILHO/VITAL MOREIRA, ob. citada, p.427.

<sup>45</sup> Ob. Citada, p.430.

da liberdade e nos casos de condenação injusta”, como por exemplo nas hipóteses de erro judiciário (art. 29º n.º6 da CRP). Acrescentando que “para além destes casos, deve valer o princípio geral da responsabilidade do Estado por facto da função jurisdicional sempre que das acções ou omissões ilícitas praticadas por titulares de órgãos jurisdicionais do Estado, seus funcionários ou agentes resultem violações de direitos, liberdades e garantias ou lesões de posições jurídico-subjectivas, como por exemplo, prisão preventiva ilícita”<sup>46</sup>.

Acrescentando que a CRP no seu art. 22º não distingue a responsabilidade de actos da administração dos actos jurisdicionais, por isso, na óptica da CRP anotada de VITAL MOREIRA e J.J. GOMES CANOTILHO, também estão incluídos nesse dispositivo constitucional os actos ou omissões dos órgãos jurisdicionais, até porque, a letra da lei fala-nos no Estado “*ou demais entidades públicas*”.

J.J GOMES CANOTILHO<sup>47</sup> refere que a “responsabilidade do Estado por facto da função jurisdicional tem suporte jurídico na Constituição. No art. 22º da CRP, não só se estabelece a garantia institucional da responsabilidade directa do Estado (responsabilidade solidária) como se reconhece o direito do particular à reparação indemnizatória e/ou compensatória no caso de lesão de direitos, liberdades e garantias. Este direito é directamente aplicável (art. 18º/1 CRP), sem prejuízo de eventual concretização legislativa. Uma vez encontrado o suporte jurídico-constitucional desse direito (art. 22º), os requisitos do dano e da medida de indemnização deverão estabelecer-se mediante lei concretizadora cfr 27º/5 e 29º/6”.

Assim como também defende JOÃO AVEIRO PEREIRA<sup>48</sup> “não havendo razão para excluir os actos jurisdicionais da responsabilidade do Estado, (...) outra solução não nos parece mais ajustada senão a que reconhece dignidade constitucional ao princípio da responsabilidade civil do Estado por actos praticados no exercício da função jurisdicional e lesivos dos direitos dos cidadãos”.

O Estado responde de forma directa e não de forma indirecta ou condicionada a um eventual direito de regresso, pela lesão de direitos, liberdades e garantias cometida pelos titulares dos seus órgãos, funcionários ou agentes.

Significa que a responsabilidade jurídica do Estado, por facto de outrem, e assim por facto derivado da função jurisdicional, faz incorrer o Estado na obrigação de

---

<sup>46</sup> Ob. Citada, p. 430 – 431.

<sup>47</sup> Em anotação ao ac. STA de 09.10.1990, revista de legislação e de jurisprudência, 124º, ano 1991-1992.

<sup>48</sup> In “*Responsabilidade civil por actos jurisdicionais*”, Coimbra Editora, 2001, p.106.

indemnizar, quer de forma exclusiva, quer solidariamente com a responsabilidade pessoal do juiz por danos causados com decisões deste, designadamente por erro.

Podemos dizer que o art. 22º da CRP, tal como o Decreto-Lei n.º 48.051 integra a responsabilidade do Estado por actos ilícitos, por actos lícitos e actos pelo risco<sup>49</sup>.

Pela leitura deste preceito constitucional parece-nos que não integra a responsabilidade por actos lícitos. Contudo, entende-se que a par da responsabilidade funcional por actos ilícitos e culposos, a nossa Lei fundamental prevê expressamente outros institutos compensatórios do direito geral à reparação de danos, como por exemplo, os casos de indemnização quanto à expropriação ou quanto à indemnização por danos resultantes de actividade do risco.

No entanto, só podemos falar de responsabilidade por actos lícitos desde que se considere a pretensão compensatória/indemnizatória como pressuposto da licitude do acto lesivo de direitos, liberdades e garantias. Caso contrário, estaremos perante hipóteses de responsabilidade por actos ilícitos<sup>50</sup>.

Este preceito consagra explicitamente a responsabilidade do Estado por actos ilícitos e culposos, o que não significa a exclusão de outros institutos indemnizatórios resultado de danos derivados de actos dos poderes públicos que consequentemente levam à responsabilidade do Estado.

Entende-se por isso que em sentido amplo integram também neste preceito a responsabilidade pelo risco em que haja violação de direitos, liberdades e garantias ou prejuízos para os particulares derivados de acções ou omissões do poder público; e as acções ou omissões ilícitas não culposas.

Esta responsabilidade do Estado prevista pelo art. 22º da CRP é vista sobretudo como um direito de defesa, legitimador de pretensões indemnizatórias, contra a violação de direitos, liberdades e garantias. A sua colocação em sede de princípios gerais referentes a direitos fundamentais é por vezes interpretada no sentido de não se tratar de um verdadeiro direito fundamental, mas somente de um princípio.

Perante esta análise podemos caracterizar este preceito como um princípio-garantia. Esta norma permite que qualquer cidadão que se sinta lesionado por determinada actuação por parte do Estado ou demais entidades públicas tenha legitimidade para ser compensado.

---

<sup>49</sup> Ac. TRE, 03.03.2011 e J.J GOMES CANOTILHO/VITAL MOREIRA, ob. citada, p.431-438.

<sup>50</sup> J.J. GOMES CANOTILHO/VITAL MOREIRA, ob. citada, p.431.

É de referir que a violação de outros direitos subjectivos protegidos pela lei ordinária, para além de direitos, liberdades e garantias, são também objecto de indemnização.

Importa salientar que não pode ser esquecida a relação de especialidade em que se encontra o art. 27º n.º5 da CRP<sup>51</sup> relativamente ao mencionado art. 22º.

A mesma lei constitucional que autonomizou o art. 22º acrescentou o n.º5 ao art. 27º segundo o qual a privação da liberdade contra o disposto na Constituição e na lei constitui o Estado no dever de indemnizar o lesado nos termos que a lei estabelecer.

Se o art. 22º prevê a violação de direitos, liberdades e garantias no geral, o art. 27º n.º5 refere violação da liberdade contra disposto na Constituição e na lei.

Recordemos que o art. 5º n.º5 da CEDH estabelece disposição similar, na medida que a violação da liberdade nos termos enunciados e em condições contrárias ao referido artigo, determinam o direito ao lesado a uma indemnização.

O mencionado n.º5 faz depender a indemnização da violação das condições enumeradas pelo art. 5º, que determinam as circunstâncias em que a detenção ou prisão possa ser considerada legitimada.

A obrigatoriedade do Estado em indemnizar o cidadão lesionado por virtude de privação da liberdade contra o disposto no regime normativo estabelecido na Constituição e na Lei não precisa de outros incisos mais precisos para configurar esses direitos à indemnização e dever de indemnizar o Estado.

---

<sup>51</sup> "Simplesmente, ainda que em último termo deva entender-se que o princípio da responsabilidade do Estado consignado no artigo 27º, nº 5, não pode efectivar-se, no tocante a actos jurisdicionais, enquanto não estiver legislativamente concretizado, não deixa esse princípio de incorporar o reconhecimento de um verdadeiro direito das pessoas prejudicadas por uma prisão inconstitucional ou ilegal. Ou seja: nesse preceito constitucional não se assina apenas uma tarefa ao legislador (uma 'incumbência legislativa'); antes simultaneamente se reconhece um 'direito fundamental', a cuja efectivação essa incumbência se preordena. Que é assim, resulta logo do teor do preceito - no qual se impõe ao Estado um 'dever', cujo natural correlato será certamente um 'direito'; e resulta, bem assim, da sua função ou finalidade normativa específica - pois que está aí em causa, manifestamente, não o reconhecimento de um qualquer objectivo interesse público, mas a tutela de um interesse subjectivado em determinadas pessoas: naquelas que foram concretamente atingidas por uma actuação do Estado que lesou, afinal, o seu 'direito à liberdade'. Mas que no artigo 27º, nº 5, da Constituição, se reconhece já um 'direito' dos cidadãos é corroborado ainda pela própria inserção sistemático-normativa do preceito no catálogo dos direitos fundamentais - isto é, naquela parte da lei fundamental funcionalmente votada à definição de 'posições jurídicas subjectivas' (à definição das 'estruturas constitucionais subjectivas', como também se diz), a qual nessa insuprível 'dimensão subjectiva' tem a sua marca característica, e a razão da sua especificidade no quadro global da Constituição"- VIEIRA DE ANDRADE, "*Os Direitos Fundamentais na Constituição Portuguesa de 1976*", Coimbra, 1983. AC. TC n.º 160/95.

Neste sentido J.J GOMES CANOTILHO e VITAL MOREIRA<sup>52</sup> quando referem que o facto de a constituição remeter para a lei a regulamentação da indemnização não impede a aplicabilidade directa e imediata deste preceito, devendo os órgãos aplicadores do direito dar-lhe eficácia, mesmo na falta da lei.

Também a jurisprudência do TRIBUNAL CONSTITUCIONAL se pronunciou nesse mesmo sentido no acórdão 90/84, onde se afirma que “não se assina apenas uma tarefa do legislador antes, simultaneamente, se reconhece um “direito fundamental”, a cuja efectivação essa incumbência se pré-ordena”.

O referido art. 27º n.º5<sup>53</sup> consagra expressamente o princípio da indemnização de danos nos casos de privação inconstitucional ou ilegal da liberdade, como por exemplo, prisão preventiva injustificada. Representa um alargamento da responsabilidade civil do Estado a factos ligados ao exercício da função jurisdicional, não se limitando esta responsabilidade ao clássico erro judiciário<sup>54</sup>.

A indemnização referida tem lugar nos “termos que a lei estabelecer”, ou seja, nos moldes de mediação concretizadora do legislador, visto que a Constituição não oferece uma disciplina exaustiva do instituto da responsabilidade do Estado, e não pretendeu aniquilar normas constantes da legislação ordinária reguladoras desta responsabilidade, desde que não sejam contrárias às normas e princípios constitucionais.

A consagração do art. 27º n.º5 da CRP ao prever expressamente o dever do Estado de indemnizar o cidadão por virtude de privação de liberdade contra o disposto na lei, demonstra o valor que o direito à liberdade assume no ordenamento jurídico português comparado com outros direitos, liberdades e garantias<sup>55</sup>.

Por isso, toda a privação de liberdade efectuada pelo Estado fora das condições em que é regulamentada na Constituição e na lei é passível de sustentar um direito à indemnização, verificados os demais requisitos.

Neste seguimento podemos referir que este preceito constitucional exige a verificação de dois pressupostos objectivos: privação da liberdade e contra disposto na constituição e na lei.

---

<sup>52</sup> Ob. Citada, p.485.

<sup>53</sup> Segundo o Ac. Do TC 90/84 o n.º5 do art. 27º da CRP basta dois requisitos: a privação da liberdade e a ilegalidade da mesma no sentido de que deverá ser contra a CRP e a lei. É porem, a disposição mais abrangente do que, de facto, o é o regime.

<sup>54</sup> J.J GOMES CANOTILHO/VITAL MOREIRA, ob. citada, p.p. 484-485, e Ac. do TRE de 03.03.2011.

<sup>55</sup> JOSÉ MOURAZ LOPES, ob. Citada, p. 76.



Entendemos, então, que o art. 22º da CRP estabelece o princípio geral da responsabilidade civil do Estado, enquanto o art. 27º n.º5 da CRP vem alargar essa responsabilidade em especial ao exercício da função jurisdicional impondo o dever de indemnizar aquele que for lesado por privação ilegal ou injustificada da liberdade. O conteúdo desse dever é definido por lei ordinária – “*nos termos que a lei estabelecer*”<sup>56</sup>.

Sendo certo que o n.º 5 do art. 27º tem um campo específico de aplicação, reportando-se, em alargamento dessa responsabilidade, aos casos de privação de liberdade do cidadão.

É pois nestes termos que se mostra instituída uma responsabilidade directa do Estado por actos da função jurisdicional, por lesão grave do direito à liberdade, sendo em cumprimento da imposição final do art. 27º, n.º 5 da CRP, que o art. 225º do CPP de 1987 veio regular e definir as situações conducentes a indemnização por privação da liberdade, ilegal ou injustificada.

Da conjugação destes normativos constitucionais podemos referir que o art. 22º da CRP estabelece um princípio geral de directa responsabilidade civil do Estado. Em alargamento dessa responsabilidade a factos ligados ao exercício da função jurisdicional para além do clássico erro judiciário, o art. 27º n.º5 impõe ao Estado, de modo especial, o dever de indemnizar quem for lesado por privação ilegal da liberdade, “*nos termos que a lei estabelecer*”.

Daí que na sequência do comando constitucional do citado 27º n.º5, tenha surgido o art. 225º do CPP, como decorre claramente do disposto no art. 2º n.º2, al.) 38, da lei de autorização legislativa n.º 43/86, de 26 de Setembro, concedida para aprovar o então novo CPP<sup>57</sup>.

Os arts 22º e 27º n.º5 da CRP concatenados com o art. 225º do CPP e com o Decreto-Lei n.º48.051, de 21 de Novembro de 1967, impõem a existência de responsabilidade directa pela privação da liberdade, contida em norma directa e imediatamente aplicável, pelo que qualquer interpretação do art. 225º do CPP que reduza o âmbito de aplicação da responsabilidade estatal, como a declarada na sentença

---

<sup>56</sup> “Ora, da conjugação destes normativos constitucionais, pode concluir-se o seguinte - o art. 22º estabelece um princípio geral de directa responsabilidade civil do Estado: - em alargamento dessa responsabilidade a factos ligados ao exercício da função jurisdicional, para além do clássico erro judiciário, o art. 27º, n.º5, impõe ao Estado, de modo especial, o dever de indemnizar quem for lesado por privação ilegal da liberdade, nos termos que a lei estabelecer”, in Ac. do STJ de 01.06.2004.

<sup>57</sup> Ac. STJ de 22.03.2011.

recorrida, é inconstitucional, violando o texto constitucional e ainda o art. 5º da Convenção Europeia dos Direitos do Homem.

O que significa que o art. 22º da CRP visa a responsabilidade do Estado por danos resultantes do exercício das funções política, legislativa, administrativa, jurisdicional, sem prejuízo, relativamente a esta última, da relação de especialidade em que se encontra o art. 27º n.º5 do mesmo diploma.

“A violação de direitos de liberdade sustenta quase sempre quer a violação de bens jurídicos e a consequente intervenção do direito penal, quer a reparação de danos pessoais e patrimoniais”<sup>58</sup> – assim a responsabilidade do Estado por violação de direitos, liberdades e garantias dos cidadãos comporta uma responsabilidade civil e criminal.

## **2. PREVISÃO NO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL**

### **2.1 Generalidades**

A responsabilidade do Estado por prisão ou por detenção ilegal nem sempre teve previsão no Código de Processo Penal português. Actualmente encontra-se prevista no art. 225º no capítulo V “*Da indemnização por privação da liberdade ilegal ou injustificada*”.

Este capítulo resultou da adesão de Portugal à Convenção Europeia dos Direitos do Homem aprovada pela Lei n.º 65/78 de 13 de Outubro que estabelece no seu art. 5º n.º5 que qualquer pessoa a quem tenha sido aplicada prisão ou detenção em condições contrárias às que nesse artigo estabelecem têm direito a indemnização. A nossa lei perfilhou este regime<sup>59</sup> e concretizou o art. 27º n.º5 da CRP.

O actual regime previsto no art.225º do CPP conheceu algumas alterações desde a sua previsão originária no Decreto-Lei n.º 78/87, de 17 de Fevereiro, no qual J.J GOMES CANOTILHO/VITAL MOREIRA<sup>60</sup> são da opinião que este preceito representa um alargamento da responsabilidade civil do Estado prevista no art. 22º da CRP a factos

---

<sup>58</sup> JOSÉ MOURAZ LOPES, ob. Citada, p. 75.

<sup>59</sup> MAIA GONÇALVES, “*Código de Processo Penal Anotado – Legislação Complementar*”, 16ª edição, Almedina, Coimbra, 2007, p.516.

<sup>60</sup> Ob. Citada, p. 202.

ligados ao exercício da função jurisdicional “não se limitando esta responsabilidade ao clássico erro judiciário”.

## **2.2 Código de Processo Penal de 1929**

O Código de Processo Penal de 1929 não previa qualquer normativo que estabelecesse o direito à indemnização por virtude de detenção ou de prisão preventiva ilegal. Foi por isso considerada como uma “verdadeira história de omissão legislativa, perante a existência de uma actividade do Estado passível de causar prejuízos aos seus utentes”<sup>61</sup>.

Naquele período à pessoa que era aplicada prisão preventiva ou detenção contrária às disposições legais não lhe era atribuída qualquer tipo de indemnização ou qualquer tipo de compensação por parte do Estado. Era considerado um regime injusto, inadequado e principalmente abusivo. Sentiu-se a necessidade de regular o direito à indemnização no código de processo penal já estabelecido na Constituição.

## **2.3 Código de Processo Penal de 1987<sup>62</sup>**

A Proposta de Lei n.º 21/VI publicada no Diário da República II, Série de 04.04.1986 deu origem à Lei n.º 43/86 de 26 de Setembro que aprovou o CPP de 1987, o qual na sua exposição de motivos foi referido que se espera “ (...) que eventuais abusos encontrem resposta adequada através do sistema que para tanto engendrou e no qual, ao lado dos tradicionais modos de impugnação da prisão ilegal se perfilha a possibilidade de indemnização por privação da liberdade ilegal ou injustificada”<sup>63</sup>.

---

<sup>61</sup> LUÍS GUILHERME CATARINO, “*Responsabilidade do Estado pela Administração da Justiça*”, Almedina, Coimbra, 1999, p. 407.

<sup>62</sup> Art. 225º - Modalidades

“1- Quem tiver sofrido detenção ou prisão preventiva manifestamente ilegal pode requerer, perante o tribunal competente, indemnização dos danos sofridos com a privação da liberdade.

2- O disposto no número anterior aplica-se a quem tiver sofrido prisão preventiva injustificada por erro grosseiro na apreciação dos pressupostos de facto de que dependia, se a privação da liberdade lhe tiver causado prejuízos anómalos e de particular gravidade. Ressalva-se o caso de o preso ter concorrido, por dolo ou negligência, para aquele erro”.

<sup>63</sup> Exposição de motivos da proposta de lei n.º 21/VI, publicada no DAR II série de 4.4.1986, suplemento, p.11.

Neste sentido foi inserido no CPP de 1987 (Decreto-Lei n.º78/87, de 17 de Fevereiro) no disposto no art. 225º a regulamentação dos pressupostos, modalidades e processos relativos à reparação pelo Estado dos danos sofridos com a detenção ou prisão preventiva de carácter ilegal ou injustificado.

À luz da redacção originária a indemnização concedida ao arguido só poderia ter lugar em duas situações, desde que:

(I) O arguido comprovava que a detenção ou prisão preventiva tinha sido decretada com manifesta ilegalidade; ou

(II) Não se comprovando a manifesta ilegalidade da medida, o arguido conseguia provar que o decretamento tinha sido justificado com erro grosseiro na apreciação dos pressupostos de facto, se a privação da liberdade lhe tiver causado “*prejuízos anómalos e de especial gravidade*”.

A exigência “*prejuízos anómalos e de especial gravidade*” foi retirada com a aprovação do Decreto-Lei n.º59/98, de 25 de Agosto de 1998 que alterou algumas disposições do CPP, inclusive o art.º225º<sup>64</sup>.

A extinção deste requisito foi aplaudido, mas a manutenção da exigência do requisito “*manifestamente ilegal*” sofreu algumas críticas, pois por um lado dificultava a tarefa do legislador<sup>65</sup>, e por outro restringia a possibilidade do arguido pedir uma indemnização pelo tempo que estivesse privado da liberdade.

A noção de “*manifestamente ilegal*” era uma noção dúbia e de difícil interpretação. Para que houvesse por parte do Estado o dever de indemnizar não bastava que a detenção ou a prisão preventiva fossem ilegais, mas era necessário que essa ilegalidade fosse manifesta ou notória<sup>66</sup>.

PGR<sup>67</sup> define como “é manifesto o que é evidente, inequívoco ou claro, isto é, o que não deixa dúvidas (...) será prisão ou detenção manifestamente ilegal aquela cujo

---

<sup>64</sup> O art. 225º passou a ter a seguinte previsão: “1. Quem tiver sofrido detenção ou prisão preventiva manifestamente ilegal pode requerer, perante o tribunal competente, indemnização dos danos sofridos com a privação da liberdade.

2. O disposto no número anterior aplica-se a quem tiver sofrido prisão preventiva que, sendo ilegal, venha a revelar-se injustificada por erro grosseiro na apreciação dos pressupostos de facto de que dependia. Ressalva-se o caso de o preso ter concorrido, por dolo ou negligência, para aquele erro.”

<sup>65</sup> MOURAZ LOPES entendia que este requisito visava dar aos magistrados “uma margem de liberdade que lhes permita, quando decidem, ter opiniões divergentes sobre os fundamentos da prisão preventiva”, obra citada, p. 83.

<sup>66</sup> Ac. STJ de 11.10.2011.

<sup>67</sup> Parecer 12/92.

vício sobressai com evidência, em termos objectivos, da análise da situação fáctico-jurídica em causa, como é o caso da prisão preventiva com fundamento na indicição da prática de um crime a que corresponda pena de prisão de máximo inferior a três anos, e da detenção com base na indicição de uma infracção criminal apenas punível com pena de multa”, e o STJ<sup>68</sup> como “ (...) quando for evidente, fora de qualquer dúvida razoável, que foram efectuadas sem estarem presentes os respectivos pressupostos legais”.

Começou a ser questionada a possível inconstitucionalidade do art. 225º do CPP por não contemplar todas as situações possíveis em que o arguido venha a ser absolvido ou outras circunstâncias que seriam processualmente relevantes para a atribuição de indemnização por privação ilegítima da liberdade. De acordo com o regime previsto, se uma pessoa tivesse sido presa preventivamente mas posteriormente em sentença transitada em julgado depois da prova produzida em julgamento fora absolvida nos termos da norma do CPP o Estado não indemnizava.

Nas palavras de CATARINA VEIGA<sup>69</sup> “não cremos que do âmbito normativo do artigo 22º da Constituição da República esteja excluída a responsabilidade do Estado por actos lícitos dos seus funcionários e agentes, uma vez que, se se entender que a responsabilidade do Estado só existe nos casos de privação da liberdade, quando essa privação for feita “contra o disposto na constituição e na lei”, então ficarão de fora, sem qualquer protecção indemnizatória – pasme-se! – (porque restringida a obrigação de indemnizar do Estado aos casos de privação ilegal e gravemente culposos da liberdade – como prescreve a lei ordinária), os casos de privação da liberdade legalmente incensuráveis, mas causadores de danos aos indivíduos presos.”

Assim como RUI MEDEIROS<sup>70</sup> foi no entendimento da inconstitucionalidade do art. 225º por restringir o direito à indemnização em caso de privação da liberdade contrária à Constituição aos casos de privação ilícita e gravemente culposa da liberdade.

---

<sup>68</sup> Ac. De 11 de Outubro de 2011.

<sup>69</sup> Ob. Citada, p.47.

<sup>70</sup> “*Ensaio sobre a Responsabilidade Civil do Estado por actos legislativos*”, Coimbra, 1992, p. 105 e 106, referindo-se ao art. 27º n.º5 da CRP afirma que “nada, nem na *mens legis*, nem nos trabalhos preparatórios, permite concluir que o preceito constitucional faça depender a responsabilidade do Estado da existência de culpa, apenas à privação de liberdade contra o disposto na Constituição e na lei e, por consequência, confer[indo] o direito à indemnização independentemente da culpa, o artigo 225.º do CPP não pode restringir a obrigação de indemnizar aos casos de privação ilícita e gravemente culposa da liberdade”.

No mesmo entendimento vem LUÍS GUILHERME CATARINO<sup>71</sup> afirmar que “defendemos que não pode deixar de se verificar erro grave na aplicação da medida, merecedor de reparação, se se verificar postumamente inexistir crime, ou se se provar que inexistiu aquela autoria – detenção ou prisão preventiva materialmente injusta, feridora de responsabilidade por acto lícito. Existe um erro grave da actividade investigatória e nos pressupostos factivos sempre que se afasta o direito à liberdade e a presunção de inocência, e se aplica uma medida de prisão sem que se verifique qualquer crime, ou se verifica que o mesmo não foi praticado por aquele agente.”

Esta questão chegou ao TRIBUNAL CONSTITUCIONAL que nos acórdãos de 160/95 e de 12/2005<sup>72</sup> declararam a não inconstitucionalidade do art.225º do CPP. Este tribunal seguiu a opinião de J.J GOMES CANOTILHO e VITAL MOREIRA no sentido de que o disposto no art. 225º do CPP de 1987 interpreta de forma correcta o sentido da norma 27º n.º5 da Constituição ao estender o dever de indemnização por parte do Estado a casos de prisão preventiva que não sendo ilegais se revelem injustificados por erro grosseiro na apreciação dos pressupostos de facto de que dependia. Na realidade trata-se de situações que a Lei fundamental remete para o legislador a efectivação de um princípio, que deixa deliberada e intencionalmente dependente do legislador, e já esse

---

<sup>71</sup> “Contributo para uma reforma do sistema geral de responsabilidade civil extracontratual do Estado – Propostas acerca da Imputação por Facto Jurisdicional”, in RMP, n.º88, Ano 22, Out/Dez, 2001, p.p. 51-69.

<sup>72</sup> Com declarações de voto de MARIA FERNANDA PALMA que defende a inconstitucionalidade da norma do art. 225º do CPP pelo motivo de não integrar todas as situações possíveis em que o arguido venha a ser absolvido, o que consequentemente demonstra que esta norma vem restringir as hipóteses de indemnização “a certas situações determinadas segundo critérios *ex ante*, independentemente da futura absolvição do arguido”. Acrescenta que não considera aceitável “um regime de responsabilidade civil pela prisão preventiva, revelada injustificada *ex post*, devido à absolvição do arguido, que se baseie apenas na legalidade *ex ante* da sua aplicação em face dos elementos então disponíveis (...) muito menos será aceitável uma restrição da relevância ao erro grosseiro, deixando-se sem qualquer indemnização todos os casos de erro constatável *ex ante* (eventualmente por um jurista mais sagaz), mas que não atingem uma manifesta evidência”.

MÁRIO JOSÉ DE ARAÚJO TORRES também defendeu a inconstitucionalidade por violação dos artigos 27º n.º 5 e 18º n.º 2 e 3 da CRP, entendendo que o Estado não deve fazer suportar, sem qualquer indemnização uma prisão sem fundamento válido, geradora de danos graves. O Estado deve reparar o arguido desde que a “privação da liberdade tenha causado danos que, segundo os critérios civilísticos gerais, mereçam ser ressarcidos. Importa, sobretudo, ter presente que a circunstância de a Constituição deixar ao legislador ordinário a tarefa de estabelecer os termos da atribuição do direito de indemnização, por danos causados com prisão ou condenação injustas, não legitima a imposição de restrições tais que signifiquem, na prática, a negação desse direito.”

era o entendimento do TC no acórdão 90/84<sup>73</sup> mesmo antes de ser conhecido e de ter entrado em vigor o disposto em causa.

Nestes termos a norma do art. 225º n.ºs 1 e 2 dá cumprimento ao art. 27º n.º5 da CRP, como ao n.º5 do Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos e ao n.º5 do art. 5º da Convenção Europeia.

## **2.4 Código de Processo Penal de 2007 – Regime Actual**

O regime actual foi alterado pelo Decreto-Lei n.º 47/2007 que veio introduzir mais uma vez alterações ao art.º 225º.

A 29 de Agosto de 2007 foi publicado no Diário da República a 15ª alteração ao CPP que veio ampliar o regime de indemnização por parte do Estado por privação da liberdade, passando de um regime em que a indemnização só era concedida quando a ilegalidade da detenção ou da prisão preventiva fosse manifesta, para um regime em que basta a mera ilegalidade.

Pela leitura da exposição de motivos da Proposta de Lei n.º109/X parece-nos que foi vontade do legislador estabelecer um novo regime de indemnização partindo de pressupostos completamente diferentes dos defendidos até então já que “ (...) atribui-se o direito de ser indemnizado a quem tiver sofrido detenção, prisão preventiva ou obrigação de permanência na habitação e não for condenado por não ter sido o agente do crime ou por ter actuado justificadamente. Apesar de a medida de privação da liberdade ter sido correctamente aplicada, é justo que o estado de direito assuma a responsabilidade pelos danos sofridos por arguidos inocentes”.<sup>74</sup>

Evidenciou-se por um lado uma vontade de estreitar os requisitos para a aplicação do instituto da prisão preventiva, e por outro de alargar o direito a indemnização a arguidos que injustamente tenham sido privados da liberdade.

---

<sup>73</sup> “Hipóteses em que, pelo facto de a concreta conformação do princípio exigir a consideração de diferentes tópicos ou pontos de vista e uma delicada ponderação de soluções e resultados, a Constituição comete a respectiva incumbência ao órgão primariamente vocacionado e legitimado para a tarefa política de reelaborar e desenvolver a ordem jurídica”.

<sup>74</sup> Proposta de Lei n.º 109/X, Exposição de Motivos, página 0009, II série A- número 031, de 23 de Dezembro de 2006.

O actual art.º225º é considerado como uma disposição inovadora, de natureza claramente substantiva<sup>75</sup> que regula o regime de indemnização civil por danos causados pelo Estado no exercício da função jurisdicional<sup>76</sup>.

Em relação ao regime estabelecido no texto deste artigo anteriormente à supramencionada lei que introduziu o actual regime, apontam-se as seguintes alterações:

- (I) Foi incluída a obrigação de permanência na habitação como fonte de direito a indemnização pelos danos sofridos ao lado da detenção e da prisão preventiva;
- (II) Extinção do advérbio “*manifestamente*”;
- (III) Atribui-se o direito a indemnização quando se comprove que o arguido não foi agente do crime ou que actuou justificadamente.

A alteração referida em (I) é de aplaudir. Na verdade, sabemos que a obrigação de permanência de habitação apesar de ser uma medida de coacção em que o arguido não se encontra na prisão, consubstancia uma restrição à liberdade igualmente como a detenção e a prisão preventiva causando prejuízos, e por isso, o legislador decidiu equiparar a obrigação de permanência de habitação à prisão preventiva e detenção permitindo uma ampliação do leque de titulares do direito de indemnização.

A alteração (II) a supressão do conceito indeterminado “*manifestamente*” veio tornar mais perceptível e claro a interpretação do preceito. O fundamento da “ilegalidade” pressupõe a existência de uma decisão judicial que declarou a ilegalidade da privação da liberdade com os fundamentos dos artigos 220º n.º1 e 222 n.º 2 do CPP.

A grande alteração à disposição do art.º225º do CPP é a referida em (III), a introdução da actual al. c) do n.º1 que consubstancia uma viragem radical no regime anterior considerado por muitos excessivamente restrito. Segundo este preceito, o arguido passa a ter direito a indemnização quando ocorrer privação da liberdade que não tenha sido ilegal por algum dos fundamentos enunciados na al. a) ou que não se tivesse devido a erro na apreciação dos pressupostos de facto de que dependia pela al. b), mas se comprovar que não foi o agente do crime ou que actuou justificadamente.

Esta nova alínea é alvo de diversas interpretações doutrinárias.

---

<sup>75</sup> Ac. do STJ de 22.3.2011.

<sup>76</sup> Ac.do STJ de 11.10.2011.



No entender de GERMANO MARQUES DA SILVA<sup>77</sup> todas as sentenças absolutórias são alvo de indemnização na medida que a “lei refere-se expressamente à comprovação de o arguido não ter sido agente do crime ou ter actuado justificadamente, mas entendemos que a norma deve ser entendida no sentido de não se comprovar que foi agente do crime, não sendo de exigir a prova da inocência presume-se até ser afastada pela condenação”. Equivale as situações de absolvição com ou sem intermédio do princípio *in dubio pro reo* pois fazem parte da mesma lógica elementar, na medida que os danos ocorreram em função da inutilidade da prisão preventiva revelada posteriormente injustificada com a prolação de uma sentença absolutória.

Nas palavras de AMÉRICO MARCELINO<sup>78</sup> “a única forma de enquadrar com um mínimo de justiça este lote de lesados seria a prova indispensável de que efectivamente estavam inocentes, que nenhuma culpa tiveram para merecerem a prisão que, de facto, era objectivamente imerecida”.

Por outro lado, PAULO PINTO DE ALBUQUERQUE<sup>79</sup> defende a inconstitucionalidade<sup>80</sup> desta alínea por violação ao princípio *in dubio pro reo* previsto pelo art. 32º n.º2 da CRP uma vez que o legislador não pode estabelecer diferenças de tratamento entre arguidos absolvidos, pois todas as absolvições são iguais e a absolvição por força do *in dubio pro reo* não vale menos do que qualquer outra. O tribunal pode decidir-se pela não atribuição de uma indemnização se não se comprovar que o arguido não foi o agente do crime ou que actuou justificadamente. O que significa que o tribunal não indemniza o arguido se este foi absolvido pelo tribunal com base numa causa de extinção da responsabilidade criminal diferente da justificação do acto, ou com base no princípio *in dubio pro reo*. Por isso, ou o legislador indemniza todos os arguidos que tenham estado presos preventivamente e sejam absolvidos, ou não indemniza nenhum arguido absolvido.

---

<sup>77</sup> In “Curso de Processo Penal”, Vol II, 4ª ed. Revista e actualizada, Editorial Verbo, 2008, p.p. 366 - 367.

<sup>78</sup> Ob. Citada, p.173.

<sup>79</sup> Ob. Citada, p.p. 619 - 620.

<sup>80</sup> Assim como AMÉRICO TAIPA DE CARVALHO, in “Sucessão de Leis Penais”, 3º ed. Revista e actualizada, Coimbra Editora, 2008, p. 431, que propõe uma nova redação ao art.º 225º do CPP, com a eliminação da al. c), a alteração do corpo do n.º1, inserindo na previsão da indemnização a suspensão do exercício de profissão, de função ou actividade, públicas ou privadas, e a substituição da al. b) pelo seguinte “relativamente à prisão, obrigação de permanência na habitação ou à suspensão, a que se referem o n.º1, o processo criminal venha a ser definitivamente arquivado ou o arguido venha a ser absolvido por sentença transitada em julgado”. Também defende a inserção de um 3º número com a previsão dos limites mínimos e máximos da indemnização, a que corresponderá respectivamente “o salário mínimo nacional ao vencimento máximo da função pública”.

TERESA PIZARRO BELEZA<sup>81</sup> também vai no sentido da inconstitucionalidade desta alínea, pois o Estado ao não atribuir indemnização ao arguido que tenha sido absolvido por intermédio do princípio *in dubio pro reo*, já que “Se o Estado não logrou ultrapassar a dúvida razoável em julgamento (...) deve responder civilmente pela privação da liberdade a que o arguido foi sujeito, porque ela só se justificava funcionalmente e o Estado falhou na realização dessas funções (...). Assim, à luz da constituição um arguido nessas circunstâncias será inocente. Mas à luz do código de processo penal não terá fundamento para demandar o Estado pela privação da liberdade a que foi sujeito. A antinomia é inaceitável”.

Segundo estes dois penalistas a al. c) é inconstitucional por violação do princípio da presunção da inocência por discriminar a sentença de absolvição caso tenha sido por intermédio ou sem a convolação do princípio *in dubio pro reo*.

O n.º2 do art. 225º prevê que o dever de indemnização a que o arguido teria direito por virtude das alíneas a) e b) do n.º1 cessa se aquele tiver concorrido, por dolo ou negligência, para a privação da liberdade.

Como refere GERMANO MARQUES DA SILVA<sup>82</sup> parece que a lei considerou a circunstância de nas fases do processo em que é normalmente aplicada a prisão preventiva o comportamento do arguido pode ter muita influência na apreciação dos pressupostos, ou porque fornece uma identificação errada, ou porque declara factos que não cometeu ou porque tendo a possibilidade de obstar ao erro, fornecendo provas, as omitiu dolosa ou culposamente.

Na verdade perante às alterações feitas em 2007 podemos constatar que por um lado o regime actual é menos restrito do que a redacção originária, apresentando uma aproximação à Constituição, mas por outro vai dar aso a elevados pedidos de indemnização por privação indevida da liberdade visto que o regime se apresenta como mais amplo e de mais fácil acesso.

---

<sup>81</sup> “Prisão Preventiva e Direitos do Arguido, in “Que futuro para o Direito Processual Penal””, Coordenador Mário Ferreira Monte, Coimbra Editora, 2009, p 684.

<sup>82</sup> Ob. Citada, p.365.

## **CAPÍTULO IV – PRAZO E LEGITIMIDADE PARA O PEDIDO DE INDEMNIZAÇÃO E TRIBUNAL COMPETENTE**

### **1. LEGITIMIDADE E PRAZO**

#### **1.1 Legitimidade**

O disposto no art. 226º do CPP prevê expressamente o prazo e a legitimidade para formular o pedido de indemnização.

Tem legitimidade para o pedido de indemnização por privação ilegal a pessoa que esteve presa preventivamente fora dos condicionalismos legais permitidos.

No entanto, a lei estabelece um regime específico de atribuição de legitimidade nos casos em que ocorrer a morte da pessoa injustificadamente privada da liberdade, atribuindo ao seu cônjuge, não separado de pessoas e bens, aos seus descendentes e aos seus ascendentes esse direito. Porém, neste caso não pode a indemnização no seu conjunto, ultrapassar o que seria arbitrada ao detido ou preso.

Importa referir que o direito que a lei concede a estas pessoas é um direito próprio e não um direito hereditário<sup>83</sup>.

#### **1.2 Prazo**

O n.º1 do disposto do art. 226º do CPP estabelece que o prazo para formular o pedido de indemnização caduca decorrido um ano sobre o momento em que o detido ou preso foi libertado ou foi definitivamente decidido o processo penal respectivo<sup>84</sup>.

A dupla situação do momento de início de contagem do prazo de caducidade tem a sua justificação desde logo na dupla fundamentação do direito à indemnização – ilegalidade da sua aplicação e erro grosseiro na apreciação dos pressupostos<sup>85</sup>.

---

<sup>83</sup> Parece ser o entendimento da lei que o pedido de indemnização que o detido ou preso pode requerer pode ser requerido por outros em situações excepcionais – caso ele faleça e não a tenha pedido ou a ela renunciado.

<sup>84</sup> A limitação do exercício dentro de um prazo estabelecido na lei configura um prazo de caducidade, conforme decorre do art. 298º, n.º2 do Código Civil.

Ac. TRL de 3 de Fevereiro de 2004 refere que o prazo estabelecido no art. 226º do CPP trata-se de um prazo de caducidade do direito de indemnização com natureza indisponível, e portanto de conhecimento oficioso.

<sup>85</sup> JOSÉ MOURAZ LOPES, ob. citada, p. 92.

Relativamente ao prazo para intentar o pedido de indemnização, deparamo-nos com dois problemas. Em primeiro a fixação da data a partir da qual se conta o prazo de forma a saber se ocorreu a caducidade ou não, e por outro, a possível inconstitucionalidade da norma do art. 226º do CPP.

Respeitante ao momento a partir do qual se conta o referido prazo, são conhecidas duas orientações divergentes na jurisprudência do Supremo Tribunal de Justiça.

Uma dessas orientações<sup>86</sup> vai no sentido de que o aludido prazo de caducidade conta-se desde a data da restituição do arguido à liberdade, haja ou não recurso do despacho que determinou a sua revogação, isto é, desde a data de libertação do arguido.

Este Tribunal foi no sentido de que, se o arguido for libertado antes de julgamento por despacho que revogou a prisão preventiva, o prazo conta-se da data da libertação do arguido e não da data do acórdão do tribunal de recurso que confirmou esse despacho, nem da data do trânsito em julgado do acórdão que conheceu do recurso da sentença.

De acordo com outra orientação perfilhada no acórdão do STJ de 31 de Janeiro de 1996, acórdão do TRL de 3 de Fevereiro de 2004<sup>87</sup> e apoiada na posição doutrinária sustentada por GERMANO MARQUES DA SILVA<sup>88</sup> tem que se distinguir se a prisão preventiva é manifestamente ilegal ou se apenas injustificada por erro grosseiro. O que significa que, se a detenção ou prisão preventiva for ilegal o prazo de um ano conta-se a partir do momento em que o detido ou preso for posto em liberdade; se se tratar de prisão preventiva legal, mas revelou-se injustificada por erro grosseiro na apreciação dos seus pressupostos de facto, o prazo de um ano conta-se a partir do momento em que o processo penal for decidido, ou seja, o prazo começa a contar a partir do trânsito em julgado da decisão final do processo<sup>89</sup>.

---

<sup>86</sup> Ac. do STJ de 30 de Outubro de 2001- “Tendo o arguido sido restituído á liberdade antes do julgamento, por despacho que revogou a situação de prisão preventiva, o prazo de caducidade do direito a indemnização – previsto no art. 226º n.º1, do CPP de 1987 – com fundamento em que a prisão foi injustificada, conta-se a partir da data da sua libertação e não da data do acórdão da Relação que confirmou esse despacho nem da data do trânsito em julgado do acórdão que conheceu o recurso da sentença”.

<sup>87</sup> Esta orientação “é que traduz uma linha de coerência logica e um sentido de justiça mais adequado à diversidade dos casos em presença”.

<sup>88</sup> Ob. Citada, p. 367.

<sup>89</sup> “Justifica-se a solução diferente com base no facto de que para a prisão ilegal não tem de esperar-se pelo fim do processo; outro tanto não sucede quando a prisão é legal, mas ditada com erro grosseiro,

No que toca a esta divergência, o acórdão do TRL de 3 de Fevereiro de 2004 vem no sentido de que a norma em causa prevê duas situações alternativas, o que obsta a que se deva tomar sempre em linha de conta a data da libertação do arguido, sob pena de se retirar qualquer sentido útil ao outro termo da alternativa. Mas por outro lado, é injusto forçar o arguido a propor a acção a partir da sua libertação, quando se trate de prisão preventiva legal mas injustificada por erro grosseiro de apreciação dos seus pressupostos de facto, uma vez que não se poderá concluir com segurança sobre essa eventualidade antes da decisão definitiva do processo.

Atinente à segunda problemática constante desta norma respeitante à possível inconstitucionalidade, o acórdão do STJ de 8 de Março de 2005, o acórdão do TC n.º 247/2002, e PAULO PINTO DE ALBUQUERQUE<sup>90</sup>, vão no entendimento que o prazo de caducidade para a propositura da acção, previsto no art.º 226.º do CPP, não padece de inconstitucionalidade designadamente por violação do princípio da igualdade em razão de um pretensu tratamento a favor do Estado.

Não se entende que o prazo de um ano que a lei estabelece para que seja requerida indemnização por privação ilegal da liberdade constitua uma restrição ao exercício judicial do direito e, imediatamente, ao próprio direito. O prazo de um ano é perfeitamente razoável e adequado para o exercício do direito, permitindo uma razoável compatibilização entre o direito do preso a ser indemnizado e o interesse do Estado em que a sua eventual responsabilidade por facto relativo à função jurisdicional seja apreciada com brevidade.

O prazo estabelecido neste preceito não constitui uma negação de um direito ou inadequado e desproporcionado entrave a tal exercício, mas apenas versa sobre o prazo em que o direito pode ser exercido, e por isso não se pode falar de uma restrição não consentida constitucionalmente.

Sobre a conformidade do art. 226.º n.º1 do CPP com os artigos 18.º n.º2 e 13.º da CRP, o Tribunal Constitucional<sup>91</sup> enuncia que o preceito constitucional 27.º n.º5 ao estipular que em caso de privação de liberdade em desconformidade com a Constituição

---

sendo neste caso conveniente esperar pelo decurso do processo a fim de melhor aquilatar da existência do erro que ditou a prisão preventiva”.

<sup>90</sup> In “Comentário do Código de Processo Penal à luz da Constituição da República e da Convenção Europeia dos Direitos do Homem”, 3ª ed. Actualizada, Universidade Católica Editora, Lisboa, 2009, p.625.

<sup>91</sup> Ac.de 247/2002, de 4 de Junho de 2002.

e a lei o Estado fica obrigado a indemnizar o lesado nos termos que a lei estabelecer, prevê a possibilidade de introdução de restrições ao correspondente direito. Essas restrições, por força dos n.ºs 2 e 3 do art. 18º da Lei fundamental “estão limitadas ao necessário para salvaguarda de outros direitos ou interesses que são constitucionalmente protegidos, e as leis que as imponham têm de revestir carácter geral e abstracto, e não podem ter efeito retroactivo nem diminuir a extensão e o alcance essencial dos preceitos constitucionais”.

O art. 226º n.º1 do CPP não afecta o leque de casos geradores do direito à indemnização, nem o âmbito de direitos indemnizáveis, e por isso não envolve uma verdadeira restrição ao direito de indemnização constitucionalmente previsto

E pela vertente do princípio da igualdade de um tratamento diferenciado de situações que naturalmente sejam distintas, este consente o estabelecimento de prazos distintos para o exercício de direitos indemnizatórios quando as situações de que emergem são objectivamente diferentes. Estando em causa uma situação geradora de encargos para o Estado, proveniente do exercício de um poder soberano em relação ao qual se impõe o esclarecimento breve das dúvidas que possa suscitar, estatuiendo-se um regime cuja diversidade em relação ao geral não tolhe de forma inadequada a defesa dos interesses legítimos do cidadão.

## **2. TRIBUNAL COMPETENTE**

Resta-nos saber qual o tribunal competente para aferir as questões do dever de indemnização por parte do Estado aos indivíduos que sofreram privação ilegal ou injustificada da liberdade.

É uma questão que pode gerar algumas dúvidas, pois por um lado sabemos que inclui-se na competência do contencioso administrativo o conhecimento das acções de indemnização intentadas por particulares contra o Estado por danos decorrentes de actos de gestão pública, conforme art. 815º §1 al. b) do Código Administrativo, 51º n.º1 al. b) do ETAF. Por outro, sabemos que os actos de privação da liberdade individual no âmbito do processo penal são de natureza jurisdicional material.

Tratando-se de conhecer de um pedido de indemnização cível deduzido contra o Estado, a questão da competência jurisdicional para o efeito coloca-se perante o ramo da alternativa de uma de duas ordens de tribunais – judiciais e administrativos.

Relativamente a esta temática, MAIA GONÇALVES<sup>92</sup>, ac. STJ de 26 de Janeiro de 1993<sup>93</sup> e o parecer da PGR n.º 12/92 perfilham a mesma opinião.

São do entendimento que o pedido de indemnização que é requerido ao Estado por uma pessoa que tenha sido privada ilegal ou injustificadamente da liberdade, apresenta uma acto da responsabilidade do Estado por actos de gestão pública, mas integrados na função judicial do Estado. Por isso a competência pertence ao foro comum, e não administrativo, pois a expressão “*actos de gestão pública*” da al. b) do n.º1 do ETAF e da al. b) do §1 do art. 815º do Código Administrativo abrange apenas e em princípio os actos integrados na função administrativa do Estado<sup>94</sup>.

Neste mesmo sentido veio o TRIBUNAL DE CONFLITOS de 18 de Janeiro de 1996 referir que se a prisão preventiva resulta de acto jurisdicional, o pedido de indemnização por danos dela decorrentes não respeita a litígio emergente de relação jurídica administrativa, e por isso o conhecimento da acção em que tal pedido formula está assim excluído do âmbito da jurisdição administrativa, e cabe aos tribunais comuns.

Não restam dúvidas que o conhecimento das acções relativas a indemnização dos danos decorrentes do exercício da função jurisdicional não compete aos tribunais administrativos, mas as acções de indemnização intentadas contra o Estado por danos decorrentes da prisão preventiva ou detenção ilegais ou da prisão injustificada é da competência dos aos tribunais comuns de jurisdição cível.

---

<sup>92</sup> Ob. Citada, p. 517.

<sup>93</sup> “I -A expressão actos de gestão pública, na al. h) do n.º 1 do ETAF abrange apenas e em princípio actos integrados na chamada função administrativa, não englobando por isso actos integrados na função judicial. II – o texto da al. d) do n.º1 do art. 4º do ETAF é perfeitamente claro ao excluir do âmbito da jurisdição administrativa quer os recursos quer as acções que tenham por objecto actos relativos ao inquérito e instrução criminais e ao exercício da acção penal, nada autorizando pois o intérprete a restringir tal exclusão aos recursos contenciosos”.

<sup>94</sup> Tem sido jurisprudência corrente e uniforme do STA.

## **CAPÍTULO V – CONCLUSÕES**

Após a exposição sobre o tema da prisão preventiva ilegal e da responsabilidade do Estado, passamos agora à apresentação de algumas conclusões:

- O tema a que nos propusemos analisar ao longo deste trabalho tem na sua origem a privação de um direito universal, previsto a nível constitucional e internacional, que é o direito à liberdade que apesar de universal não é absoluto por se encontrar sujeito a determinadas imposições que devem ser respeitadas por todos os cidadãos de modo a que se consiga viver numa sociedade justa e equilibrada, sob pena de aplicação de sanções que podem constituir penas ou medidas de segurança.
- As penas ou medidas de segurança que podem ser aplicadas são medidas restritivas/privativas da liberdade que podem ser totais ou parciais e que só podem ser aplicadas nos casos legalmente fixados, nos termos dos n.ºs 2 e 3 do art. 27º da Constituição da República Portuguesa, sob pena de serem consideradas ilegais. De entre essas medidas analisámos a prisão preventiva como medida excepcional, necessariamente provisória e subsidiária.
- A Lei n.º48/2007 de 29 de Agosto de 2007 que veio alterar pela 15ª vez o Código de Processo Penal considerou-se revelante para o nosso estudo, tanto do ponto de vista dos requisitos exigíveis para a aplicação da prisão preventiva como nos requisitos exigíveis para o pedido de indemnização por parte do Estado.
- Por um lado, esta lei veio tornar mais exigentes os requisitos de aplicação da prisão preventiva restringindo o âmbito da sua aplicação, e por outro veio tornar um acesso mais fácil ao pedido de indemnização por parte do Estado abrindo um maior leque de titulares deste direito.
- De acordo com as disposições nos artigos 22º e 27º n.º1 da Constituição da República Portuguesa, nos artigos 225º e 226º do Código de Processo Penal, e com o Decreto-Lei 48.051 analisámos de que forma os arguidos que se encontram presos preventivamente em condições contrárias à lei têm direito à reparação desses danos e prejuízos por parte do Estado, tendo legitimidade para isso o arguido que a sofreu, ou em caso da sua morte, o seu cônjuge não separado de pessoas e bens, descendentes e ascendentes.



- O pedido deve ser feito no tribunal judicial de competência cível e no prazo de 1 ano a contar da data da sua libertação.
- O art. 22º da Constituição da República Portuguesa consagra um princípio geral da responsabilidade directa civil ou patrimonial, por acções ou omissões dos titulares dos órgãos, funcionários ou agentes do Estado e demais entidades públicas que no exercício das suas funções violem direitos, liberdades e garantias dos particulares. No entanto, para que essa responsabilidade possa ser imputada ao Estado e às demais entidades públicas é necessário que a actuação seja no exercício das funções ou por causa delas, que o acto tenha natureza jurídico-público e que exista uma relação de conexidade entre o acto praticado que afectou direitos, liberdades e garantias, e o exercício das funções.
- Vimos também que este preceito constitucional integra a responsabilidade do Estado e das demais entidades públicas por actos da função jurisdicional ao lado de actos da função legislativa, que afectam direitos, liberdades e garantias dos particulares. O que significa que a responsabilidade jurídica do Estado por facto de outrem e assim por acto derivado da função jurisdicional faz incorrer o Estado na obrigação de indemnizar, quer de forma exclusiva quer de forma solidária, com a responsabilidade pessoal do juiz por danos causados com decisões deste.
- Esta disposição deve ser conjugada com o art. 27º n.º 5 da Constituição da República Portuguesa, na medida que enquanto aquela prevê a reparação do Estado e das demais entidades públicas decorrentes de actos que violem direitos, liberdades e garantias no geral, este prevê essa reparação para os casos específicos de violação do direito à liberdade em casos contrários à Constituição e à lei.
- No entanto o preceito do art. 27º n.º 5 da Constituição da República Portuguesa não oferece uma disciplina exaustiva do instituto da responsabilidade do Estado, e por isso mesmo refere “nos termos que a lei estabelecer” necessitando de ser concretizada, surgindo então o art. 225º Código de Processo Penal que veio dar essa concretização regulando os pressupostos, modalidades e processos respeitantes à reparação do Estado por danos originários de aplicação de privação da liberdade em condições contrárias à lei.
- O art. 225º do Código de Processo Penal sofreu sucessivas alterações, apresentando um regime actual menos restrito, menos exigente e de mais fácil acesso, passando de um regime em que haveria direito a indemnização quando a ilegalidade,

quer da detenção quer da prisão preventiva, teria de ser manifesta, para um regime em que basta a mera ilegalidade para que a privação da liberdade seja ressarcível; inserindo ao lado da detenção e da prisão preventiva a obrigação de permanência de habitação como fonte de indemnização; bem como atribuiu-se o direito a indemnização a quem for absolvido por estar comprovadamente inocente ou a quem tiver actuado justificadamente.

- No entanto, o direito à indemnização cessa se o arguido concorreu para a privação da liberdade com dolo ou negligência.
- Somos da opinião que a grande conquista da nova redacção foi congregando a jurisprudência discordante, a doutrina e as dúvidas sobre a eventual inconstitucionalidade, traçando um regime mais tutelar e mais abrangente que expressa claramente ao cidadão cuja liberdade tropeçou nos meandros do processo penal que não lhes é exigível suportar tal restrição.
- O novo regime abrange uma panóplia mais vasta de situações possíveis de indemnização. Porém, se por um lado, tal aparenta uma justeza de lei e uma aproximação à Constituição não restam dúvidas que vem dar aso a elevados pedidos de indemnização por privação indevida da liberdade.
- O art. 22º e 27º n.º 5 da Constituição da República Portuguesa concatenados com o art. 225º do Código de Processo Penal e o Decreto-Lei n.º48.051 impõem a existência de responsabilidade directa pela privação da liberdade, e por isso, entende-se que qualquer interpretação do art 225º do Código de Processo Penal que reduza o âmbito de aplicação da responsabilidade do Estado é considerada inconstitucional, violando a Constituição e ainda o art. 5º da Convenção Europeia dos Direitos do Homem.
- O Estado tem o dever de indemnizar, porque ao conferir e garantir aos cidadãos determinados direitos, deve-os compensar quando estes faltam.
- O cidadão, perante a lei e o direito constituído, goza do direito à tutela jurisdicional efectiva, não podendo esta ser dissociada da tutela jurisdicional justa.

**BIBLIOGRAFIA CITADA**

- 1) **ALBUQUERQUE PAULO PINTO DE**, “*Comentário do Código de Processo Penal à luz da Constituição da República e da Convenção Europeia dos Direitos do Homem*”, 3ª ed. actualizada, Universidade Católica Editora, Lisboa, 2009.
- 2) **AMARAL, FREITAS DO**, “*A Responsabilidade Civil Extra- Contratual do Estado*”, 2ª Ed, Almedina, Coimbra, 2004.
- 3) **ANDRADE, VIEIRA DE**, “*Os Direitos Fundamentais na Constituição Portuguesa de 1976*”, Coimbra Editora, Coimbra, 1983.
- 4) **BELEZA, TERESA PIZARRO**, “*Prisão Preventiva e Direitos do Arguido, in “Que futuro para o Direito Processual Penal”*”, Coordenador Mário Ferreira Monte, Coimbra Editora, 2009.
- 5) **CAETANO, MARCELLO**, “*Manual de Direito Administrativo*”, 9º ed., Vol. II, Coimbra Editora, 1972.
- 6) **CANOTILHO, J.J GOMES/MOREIRA, VITAL**, “*Constituição da República Portuguesa Anotada*”, vol. I, 4ª ed. Revista, Coimbra Editora, Coimbra, 2007.
- 7) **CARVALHO, AMÉRICO TAIPA DE**, “*Sucessão de Leis Penais*”, 3º ed. Revista e actualizada, Coimbra Editora, 2008.
- 8) **CATARINO, LUÍS GUILHERME**, “*Responsabilidade do Estado pela Administração da Justiça*”, Almedina, Coimbra, 1999;  
“*Contributo para uma reforma do sistema geral de responsabilidade civil extracontratual do Estado- Propostas acerca da Imputação por Facto Jurisdicional*” in RMP, n.º88, Ano 22, Out/Dez, 2001, [p.p. 51-69].
- 9) **EIRÓ, PEDRO**, “*Noções Elementares de Direito*”, Editorial Verbo, 2005.

- 10) **FERREIRA, CAVALEIRO DA**, “*Curso de Processo Penal*”, vol. I, Lisboa: UNFL, 1986.
- 11) **GONÇALVES, M. MAIA**, “*Código de Processo Penal anotado – Legislação Complementar*”, 16ª edição, Almedina, Coimbra, 2007.
- 12) **LOPES, JOSÉ MOURAZ**, “*A Responsabilidade Civil do Estado pela Privação da Liberdade decorrente da Prisão Preventiva*”, RMP, n.º88, Ano 22, Out/Dez, 2001 [p. p. 71-100].
- 13) **MARCELINO, AMÉRICO**, “*A Indemnização por Prisão Indevida*”, in Estudos Jurídicos, Boletim da Associação Sindical dos Juizes Portugueses, V Série, n.º 4, Julho, 2007 [p.p. 159-173].
- 14) **MEDEIROS, RUI**, “*Ensaio sobre a Responsabilidade Civil do Estado por Actos Legislativos*”, Coimbra, 1992.
- 15) **MIRANDA, JORGE**, “*A Constituição e a Responsabilidade Civil do Estado, in Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor Rogério Soares*”, Coimbra, 2001;  
“*Manual de Direito Constitucional*”, Tomo IV – Direitos Fundamentais, 4ª Edição, Coimbra Editora, 2009.
- 16) **PEREIRA, JOÃO AVEIRO**, “*Responsabilidade do Estado por Actos Jurisdicionais*”, Coimbra: Coimbra Editora, 2001.
- 17) **SILVA, GERMANO MARQUES DA**,  
“*Direito Penal Português, Parte Geral I*”, 2ª Ed. Revista, Editorial Verbo, 2001;  
“*Sobre a Liberdade no Processo Penal ou do Culto da Liberdade como Componente Essencial da Prática Democrática, in Liber Discipulorum para Jorge de Figueiredo Dias*”, coordenador Manuel da Costa Andrade, Coimbra: Coimbra Editora, 2003 [p.p. 1365-1385];  
“*Introdução ao Estudo de Direito*”, Universidade Católica Editora, Lisboa, 2006;  
“*Curso de Processo Penal Vol. II*”, 4ªEd. Revista e actualizada, Editorial Verbo, 2008.

- 18) **VEIGA, CATARINA**, “*Prisão Preventiva, Absolvição e Responsabilidade do Estado*”, RMP, n.º 97, Ano 25, Jan/Mar, 2004 [p.p. 31-59].
- 19) **TOMÉ, EVA CALVETE**, “*A indemnização por privação ilegítima da liberdade*”, Lisboa, *FDUNL*, 2010.

**Nota:** A consulta de Jurisprudência foi consultada em [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt) e em <http://www.colectaneadejurisprudencia.com>